

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

ESTÁGIO SUPERVISIONADO COM ENFOQUE NA
EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PERSPECTIVAS DE UMA SALA
VERDE

VÍVIAN SOARES DE ALMEIDA

2018



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**ESTÁGIO SUPERVISIONADO COM ENFOQUE NA EDUCAÇÃO
AMBIENTAL: PERSPECTIVAS DE UMA SALA VERDE**

VÍVIAN SOARES DE ALMEIDA

Sob a Orientação da Professora
Dr.^a Ana Maria Dantas Soares

e Co-orientação da Professora
Me.^a Lilian Couto Cordeiro Estolano

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de concentração em Educação Agrícola.

**Seropédica-RJ
Setembro de 2018**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A447e ALMEIDA, VÍVIAN SOARES DE, 1989-
ESTÁGIO SUPERVISIONADO COM ENFOQUE NA EDUCAÇÃO
AMBIENTAL: PERSPECTIVAS DE UMA SALA VERDE / VÍVIAN
SOARES DE ALMEIDA. - 2018.
59 f.

Orientadora: Ana Maria Dantas Soares.
Coorientadora: Lilian Couto Cordeiro Estolano.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA, 2018.

1. Educação Profissional. 2. Educação Ambiental
Crítica. 3. Meio Ambiente. I. Soares, Ana Maria
Dantas, 1949-, orient. II. Estolano, Lilian Couto
Cordeiro, 1978-, coorient. III Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA. IV. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

VÍVIAN SOARES DE ALMEIDA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 27/09/2018.

Ana Maria Dantas Soares, Dra. UFRRJ

Lia Maria Teixeira Oliveiro, Dra. UFRRJ

Vanessa Pereira de Jesus, Dra. UENF

DEDICATÓRIA

*Ao meu amado filho, Vicente.
Meu raio de sol. Quem ressignificou a minha
existência com sua chegada e a cada dia me
inspira a ser mais forte e resiliente para
vencer os obstáculos desta vida.*

AGRADECIMENTOS

Considerando a complexa teia que conecta nossas vidas, não caberiam nessas linhas agradecimentos que contemplassem a todos os envolvidos que colaboraram direta ou indiretamente para que eu alçasse mais este degrau em minha caminhada. Desta maneira, ponho-me a conferir agradecimentos especiais que considero representar a todos que, por ventura, não venha a citar diretamente.

Primeiramente, agradeço a Deus pelo dom da vida, por me sustentar em sua fortaleza e guiar meus caminhos, transbordando de amor a minha vida através das pessoas adentram minha história.

Aos meus pais, Maria Lúcia e Linoroberto, por construírem juntos uma matriz familiar sólida e fundamentada na formação de caráter para a vida. Vocês são os cultivadores das profundas raízes que me possibilitaram florescer.

Ao meu irmão, Vinícius, meus sogros, Graça e Odilon, e cunhada, Dominic, pelo incentivo em todos os momentos.

Ao meu filho, Vicente, por ter confiado a mim o propósito de ser sua mãe. Ainda que sua pouca idade não lhe permitisse compreender totalmente os motivos da minha “presença ausente” durante o período de dedicação aos requisitos do mestrado, o seu sorriso foi meu porto seguro, meu resgate de lucidez, e meu combustível para seguir a caminhada.

Ao meu melhor amigo, confidente e companheiro de vida, Benjamin, por amorosamente me apoiar em todas as decisões, por sonhar, caminhar e crescer contigo.

À minha querida orientadora, Ana Maria Dantas Soares, por compartilhar seus conhecimentos com simplicidade, pelo cuidado e amizade que transcendem os muros da academia.

À minha co-orientadora, Lilian Couto Cordeiro Estolano, por aceitar embarcar nessa jornada comigo. Por ser minha terapeuta nos momentos de desespero e me colocar de volta nos eixos. Por estar sempre disponível com ouvidos atentos e palavras de conforto.

À Samara dos Santos Pimentel, por orientar meus primeiros passos nos caminhos da Educação Ambiental e ser um referencial de profissional no qual eu pudesse me espelhar.

À Professora Lia Maria Teixeira de Oliveira, por me apresentar a Sala Verde CISA ainda no momento de minha graduação, por ser uma atenciosa incentivadora em todos os momentos da minha vida acadêmica, e por aceitar aos convites para contribuir com este estudo.

À Professora Vanessa Pereira de Jesus, pelas valiosas contribuições no momento da qualificação e por, gentilmente, aceitar ao convite de contribuir novamente para este estudo.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícolas pelas colaborações e ensinamentos.

À turma DS2016 pelos momentos de trocas e pelas amizades que tornaram as intensas semanas de formação mais leves e divertidas. Em especial, à minha amiga-irmã, Thamires, que foi minha companheira em mais esta etapa ruralina.

Aos bolsistas e estagiários da Sala Verde Centro de Integração Socioambiental pela compreensão, sugestões, e especialmente, pelo compromisso e dedicação em assumir a rotina de funcionamento do espaço nos momentos em que precisei me ausentar.

Aos estagiários do Curso Técnico em Meio Ambiente do CTUR e às facilitadoras da Sala Verde CISA que generosamente cederam seu tempo dispondo-se a conceder as entrevistas que permitiram a realização da pesquisa.

À todos, minha gratidão!

RESUMO

ALMEIDA, Vívian Soares de. **Estágio supervisionado com enfoque na educação ambiental: perspectivas de uma sala verde**. 59f. Dissertação (Mestrado em Educação com habilitação em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2018.

A formação do profissional ambiental de nível médio contempla diferentes visões e áreas de conhecimento em suas três grandes vertentes, que são: educação ambiental; gestão ambiental; e tecnologias ambientais. Isto posto, a proposta desta pesquisa parte da observação do crescente fluxo de estudantes do Curso Técnico em Meio Ambiente do Colégio Técnico da Universidade Rural (CTUR) pela busca de estágio supervisionado no âmbito da Sala Verde Centro de Integração Socioambiental-CISA/UFRRJ. Os objetivos deste estudo referiam-se a: 1) analisar a integração da educação ambiental no currículo do Curso Técnico em Meio Ambiente do CTUR; 2) investigar a percepção socioambiental dos estudantes; e 3) analisar a correlação entre a prática pedagógica da CISA e a percepção socioambiental dos estudantes do CTUR. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo participativa, com a utilização de instrumentos metodológicos diversos, como: análise documental para investigação do projeto político pedagógico da instituição e marcos legais da área; entrevistas semiestruturadas aplicadas às facilitadoras que atuaram na CISA para reconstrução de sua trajetória histórica; e questionários para analisar a avaliação dos estudantes em relação ao estágio supervisionado no âmbito da CISA. A pesquisa foi fundamentada por princípios da vertente crítica da Educação Ambiental, pautada na pedagogia crítico-emancipatória, cunhada por Paulo Freire, e orientou caminhos para a formação de sujeitos ecológicos, termo delineado por Isabel de Carvalho. A análise temática das narrativas expressas, entretecidas em contextos, concebe a CISA como um espaço dinamizador da educação ambiental, pautado em uma perspectiva articuladora e integradora, que viabiliza iniciativas de atuação permeadas por ações educacionais que caminham em direção à sustentabilidade e da formação de sujeitos ecologicamente orientados.

Palavras-chave: Educação Profissional, Educação Ambiental Crítica, Meio Ambiente.

ABSTRACT

ALMEIDA, Vívian Soares de. **Supervised internship focusing on environmental education: prospects for a green classroom.** 59p. Dissertation (Master in Education with qualification in Agricultural Education). Instituto de Agronomia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2018.

The training of the environmental professional of middle level contemplates different visions and areas of knowledge in its three great strands, that are: environmental education; environmental management; and environmental technologies. Therefore, the proposal of this research is based on the observation of the growing flow of students from the Technical Course on the Environment of the Technical College of the Rural University (CTUR) for the search for a supervised internship in the Green Room Center for Socio-Environmental Integration - CISA / UFRRJ. The study objectives were: 1) to analyze the integration of environmental education in the curriculum of the Technical Course on the Environment of CTUR; 2) investigate students' socio-environmental perception; and 3) to analyze the correlation between the pedagogical practice of the CISA and the socio-environmental perception of the students of the CTUR. It is a qualitative research, of the participatory type, with the use of diverse methodological instruments, such as: documentary analysis for investigation of the pedagogical political project of the institution and legal landmarks of the area; semi-structured interviews applied to the facilitators who worked at CISA to reconstruct their historical trajectory; and questionnaires to analyze the evaluation of students in relation to the supervised internship in CISA. The research was based on principles of the critical aspect of Environmental Education, based on critical-emancipatory pedagogy, coined by Paulo Freire, and guided paths for the formation of ecological subjects, a term outlined by Isabel de Carvalho. Thematic analysis of the narratives expressed, interwoven in context, conceives of CISA as a dynamic space for environmental education, based on an articulating and integrative perspective, which enables action initiatives permeated by educational actions that are moving toward sustainability and the formation of subjects ecologically oriented.

Key words: Professional Education, Critical Environmental Education, Environment.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Matriz curricular do curso Técnico em Meio Ambiente concomitância externa	14
Tabela 2: Matriz curricular do curso Técnico em Meio Ambiente integrado	15

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Relação de gênero dos participantes.....	36
Figura 2: Idade dos estudantes durante o estágio	37
Figura 3: Local de residência dos participantes	37
Figura 4: Carga horária total cumprida pelos estudantes na CISA	38
Figura 5: Avaliação dos estagiários quanto à carga horária de estágio exigida.....	39
Figura 6: Grau de interesse do estagiário pelo tema	41

LISTA DE ABREVIACÕES

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
- CAIC- Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente
- CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CEA- Centro de Educação Ambiental
- CIEAs- Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental
- CISA- Centro de Integração Socioambiental
- CNPq- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- COMVIDA- Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida
- CONAMA- Conselho Nacional do Meio Ambiente
- CTUR- Colégio Técnico da Universidade Rural
- DEA- Departamento de Educação Ambiental
- DTPE- Departamento de Teoria e Planejamento de Ensino
- EA- Educação Ambiental
- FAPERJ-Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
- FIOCRUZ- Fundação Oswaldo Cruz
- GEPEADS- Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental, Diversidade e Sustentabilidade
- IE- Instituto de Educação
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
- LEC – Licenciatura em Educação do Campo
- LICA – Licenciatura em Ciências Agrícolas
- MMA- Ministério do Meio Ambiente
- ODS – Objetivos de Desenvolvimento sustentável
- ONGs – Organizações Não Governamentais
- ONU- Organização das Nações Unidas
- PANC- Plantas Alimentícias Não Convencionais
- PDAI- Programa de Desenvolvimento Acadêmico e Institucional
- PEAAF- Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar
- PIBIC- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
- PIBID- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
- PNUMA- Programa das Nações Unidas pelo Meio Ambiente
- PPI- Projeto Político Institucional

PPP- Projeto Político Pedagógico
PPGEA- Programa de Pós Graduação em Educação Agrícola
PROEXT- Programa Nacional de Extensão
PRONEA- Programa Nacional de Educação Ambiental
RCNs – Referenciais Curriculares Nacionais
RIEP- Rede Interdisciplinar de Educação em Espaços Populares
SAIC- Secretaria de Articulação Institucional e cidadania ambiental
SEEDUC- Secretaria Estadual de Educação
SEMA- Secretaria Especial do Meio Ambiente
SISNAMA- Sistema Nacional do Meio Ambiente
TCLE- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TE2- Tempo Escola 2
UCs- Unidades de Conservação
UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 CONTEXUALIZANDO E SITUANDO A QUESTÃO	3
1.1 Educação Ambiental: Conceitos e Caminhos.....	3
1.2 A Educação Ambiental Crítica e os Eixos de Formação do Sujeito Ecológico: uma leitura gepeadiana	6
1.3 Educação Profissional na Área de Meio Ambiente	9
1.4 Breve Histórico do Curso Técnico em Meio Ambiente No CTUR.....	13
1.5 O Estágio Supervisionado	16
2 O PROJETO SALAS VERDES	18
2.1 A Política Pública	18
2.2 A Sala Verde Centro de Integração Socioambiental: uma caminhada desenhada a partir olhar das facilitadoras locais	19
3 PERCURSO METODOLÓGICO	34
3.1 Caracterização do Local e Sujeitos da Pesquisa.....	34
3.2 Procedimentos e Instrumentos de Coleta de Dados.....	34
3.3 Metodologia de Análise e Interpretação de Dados	35
4 AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO REALIZADO NO ÂMBITO DA SALA VERDE CISA	36
4.1 Análise dos Questionários Aplicados aos Estudantes	36
5 DIÁLOGOS E REFLEXÕES	43
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47
8 APÊNDICES	51
Apêndice A - Perguntas geradoras das entrevistas aplicadas às facilitadoras da Sala Verde CISA	52
Apêndice B - Questionário aplicado aos estudantes do Curso Técnico em Meio Ambiente do CTUR.....	53
9 ANEXOS	54
Anexo 01 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Menores de 18 anos	55
Anexo 02 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para maiores de 18 anos	57
Anexo 3 – Carta de Anuência.....	59

Você, eu, um sem-número de educadores sabemos todos que a educação não é a chave das transformações do mundo, mas sabemos também que as mudanças do mundo são um quefazer educativo em si mesmas. Sabemos que a educação não pode tudo, mas pode alguma coisa. Sua força reside exatamente na sua fraqueza. Cabe a nós pôr sua força a serviço de nossos sonhos. (FREIRE, 1991, p. 126)

INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental surgiu no contexto de uma crise ambiental, amplamente reconhecida no final do século XX, e estruturou-se como fruto da demanda para que o ser humano adotasse uma visão de mundo e uma prática social capazes de minimizar os impactos ambientais. Mas a constatação de que a Educação Ambiental compreendia um universo pedagógico multidimensional, que girava em torno das relações estabelecidas entre o indivíduo, a sociedade, a educação e a natureza, foi exigindo aprofundamentos que se desdobraram em sucessivas análises e aportes teóricos de crescente sofisticação, tornando essa prática educativa mais complexa do que se poderia imaginar (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p.26). Desde então, políticas públicas vêm sendo delineadas a fim de promover a ampliação e fortalecimento da Educação Ambiental em todo o território nacional, em especial, a Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), e em seu Art. 10, confere que a educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

Embora todo o respaldo legal da Educação Ambiental seja admirável e bem estruturado, são muitos os impasses para o seu cumprimento no campo prático. Isso começou a ficar muito evidente para mim durante minha graduação no curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas, iniciado no ano de 2007, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Mesmo após quase uma década da instituição da PNEA, eram raras as disciplinas ofertadas pela matriz curricular do curso, que realizavam alguma abordagem sobre o tema, e quando o faziam, era de forma superficial. Então, na metade do percurso da graduação, iniciei o estágio em um projeto de extensão intitulado “Espaço com Cheiro de Verde: horta escolar e agroflorestal” que tinha por objetivo contribuir para a formação de sujeitos ecologicamente orientados (CARVALHO, 2008), por meio de atividades de EA desenvolvidas no formato de aula-oficinas para estudantes do ensino básico do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente – CAIC Paulo Dacorso Filho, instituição gerida pela UFRRJ em parceria com a Prefeitura Municipal de Seropédica. A partir da participação nesse projeto, tive a oportunidade de conhecer outros projetos desenvolvidos no âmbito da Sala Verde Centro de Integração Socioambiental - CISA/UFRRJ, como também comecei a participar do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental, Diversidade e Sustentabilidade - GEPEADS, onde os estudos concediam um suporte teórico e metodológico para as ações pedagógicas desenvolvidas pela equipe nos projetos da Sala Verde CISA, assim como proporcionavam subsídios para a reflexão da própria prática.

Esse espaço foi um divisor de águas na minha formação, pois a partir do envolvimento nos projetos e estudos conduzidos no local, despertei para a necessidade de proporcionar um direcionamento na minha formação, tanto no contexto profissional quanto pessoal. Nesse momento, me descobri educadora ambiental e passei a buscar novas experiências para o aprofundamento na área. No ano de 2014, já graduada, retornei à Sala Verde para atuar como facilitadora dos projetos e auxiliar na gestão do espaço. A Sala Verde CISA conta com uma equipe de bolsistas de diversos cursos da UFRRJ para o desenvolvimento de seus projetos, e desde 2015, também é observada uma crescente procura de estudantes dos cursos técnicos do CTUR, para o cumprimento do estágio curricular obrigatório naquele local, especialmente, os estudantes do curso Técnico em Meio Ambiente.

Inicialmente, esses estudantes foram inseridos no cronograma de atividades vigente da Sala Verde CISA, mas com o passar do tempo, foram sendo incorporadas atividades e responsabilidades específicas para esse grupo, com o objetivo de tornar a experiência de estágio mais significativa para sua formação. A cada período em que um grupo de estudantes

completava sua carga horária, ficava o questionamento sobre se o direcionamento das atividades contemplava às suas expectativas e se as experiências vivenciadas no estágio seriam de fato relevantes para a formação técnica. Nesse sentido, essa dissertação teve como objetivo geral analisar a contribuição do estágio obrigatório, no âmbito da Sala Verde CISA, para a formação dos estudantes do Curso Técnico em Meio Ambiente do CTUR. E para isso, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Analisar o currículo do Curso Técnico em Meio Ambiente do CTUR;
- Investigar a percepção socioambiental dos estudantes que cumpriram o estágio obrigatório na Sala Verde Centro de Integração Socioambiental (CISA);
- Analisar a correlação entre a prática pedagógica da Sala Verde CISA e a percepção socioambiental dos estudantes do CTUR.

1 CONTEXTUALIZANDO E SITUANDO A QUESTÃO

1.1 Educação Ambiental: Conceitos e Caminhos

No modelo de desenvolvimento implantado a partir da Revolução Industrial prevalece o crescimento econômico em detrimento de todos os outros aspectos da sociedade e tal perspectiva vem tornando cada vez mais intenso o desequilíbrio das relações homem-homem e homem-natureza. Esse processo de consolidação de uma sociedade urbano-industrial de consumo opera baseado em uma visão antropocêntrica, que posiciona o homem em um pedestal de importância e superioridade em relação aos demais componentes da natureza. Segundo Fagner Rolla, ao gerar a cultura, o homem modela suas formas de relacionamento com a natureza, e cada sociedade estabelece essa relação de forma distinta, assim como o próprio conceito de natureza se transforma de acordo com cada cultura. O autor defende que:

O modelo mecanicista nos impõe uma visão fragmentada da realidade, do conhecimento, seja do conhecimento dos outros ou de nós mesmos. A crise da civilização é também uma crise existencial, do indivíduo. A visão instrumentalizadora da natureza condiciona o comportamento humano de tal forma que a relação ser humano/ser humano é conferida a mesma dinâmica que é dada à relação ser humano/natureza, ou seja, a relação ser humano/ser humano torna-se uma relação sujeito/objeto. O ser humano passa a ser coisa, é retificado. O homem não reconhece o outro e não se reconhece no outro. É um indivíduo em busca de 'coisas' que lhe proporcionem satisfação (ROLLA, 2010).

Em sua obra, Carvalho (1998) vai ao encontro do pensamento de Fagner Rolla ao afirmar que:

Uma das coisas que o olhar ecológico ajudou a evidenciar foi a estreita conexão entre os processos naturais de degradação ambiental e os modos sociais de uso dos recursos naturais. O que passou a constituir-se como problemática socioambiental decorre de uma noção de meio ambiente que colocou a ação humana e a história no centro do processo de conhecimento. Desse ponto de vista, os problemas ambientais são o testemunho vivo de uma racionalidade, cuja expressão econômica encontra seu modelo mais acabado no capitalismo industrial. Tem crescido a consciência de que, mais que efeitos colaterais do desenvolvimento, os enormes riscos ambientais que afetam a vida de inúmeras populações são a essência do modelo de desenvolvimento social e econômico que conhecemos. Assim, os problemas ambientais ameaçam não apenas o futuro físico do planeta, mas, em igual intensidade, questionam o futuro dos valores de nossa sociedade e apontam para a necessidade de uma profunda reorientação nos modos socialmente construídos de conhecer e de se relacionar com a natureza (CARVALHO, 1998, p.17).

A premissa do pensamento ecológico tem início ainda no século XIX, quando em 1869, Ernst Haeckel propõe o vocábulo “ecologia” para os estudos das relações entre as espécies e seu ambiente. Em 1872 é criado o primeiro parque nacional do mundo nos Estados Unidos, o de *Yellowstone*, resultado de idéias preservacionistas que se tornaram importantes desde o início desse século. Nesse momento, como descreve Diegues, a visão dicotômica homem-natureza ainda é amplamente fortalecida por um movimento de valorização do ambiente natural/selvagem (*wilderness*), subjacente à criação dos parques que seriam de grandes áreas não habitadas dispostas às populações urbanas para fins recreativos. As comunidades tradicionais remanescentes nesses locais não eram consideradas integrantes do meio, sendo então removidas de seus territórios ancestrais para se mantivesse íntegro o conceito de natureza intocada.

A discussão acerca da relação homem-natureza passou a ganhar outros contornos a partir do século XX, quando o movimento ambientalista começa a se organizar em duas correntes com posições diferentes: a preservacionista, de princípios já apresentados acima; e a conservacionista, que defendia o uso racional dos recursos naturais. Ambas as correntes se posicionavam contra o modelo de desenvolvimento industrial vigente e iniciaram o debate relativo aos efeitos da postura exploratória do homem em relação ao ambiente natural, apontando uma reestruturação do posicionamento humano no mundo. Iniciado em 1947 pela fundação da União Internacional para a Conservação da Natureza, na Suíça, o movimento ecológico ganha força em 1962, quando a cientista, ecologista e escritora norte-americana Rachel Carson publica em seu livro, *Primavera Silenciosa*, duras críticas ao modelo de produção da agricultura convencional e aos impactos do uso de agroquímicos nas lavouras, assim como à crescente dependência de combustíveis fósseis como matrizes energéticas. A obra é considerada um marco histórico importante no processo de reflexão e mudanças paradigmáticas relativas às questões ambientais, apesar de por muitos anos ter ocupado as prateleiras de ficção científica. Na década de 70, o mundo alarma-se à noção de escassez de recursos e limites de crescimento, a qual apontava que o crescimento econômico exponencial abalaria os fundamentos naturais da vida, idéia amplamente divulgada pelo grupo de intelectuais do Clube de Roma¹ através do relatório intitulado “The Limits to Growth”². Nos anos subsequentes, as questões ambientais ganham proporções de relevância internacional e o meio ambiente passa a ser o tema central em debates mundiais, apresentado como foco das discussões em encontros e conferências entre líderes governamentais de todo o mundo. Iniciada pela Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, realizada na capital da Suécia, Estocolmo, em junho de 1972, onde as nações que a ela compareceram tiveram a oportunidade de (re) examinar aspectos sobre a qualidade da vida e a utilização consciente dos recursos naturais no globo terrestre. Como desdobramento da conferência, no mesmo ano, a Organização das Nações Unidas - ONU criou o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA³. Dentre as principais áreas temáticas de atuação do PNUMA estão as mudanças climáticas, o manejo de ecossistemas e biodiversidade, o uso eficiente de recursos, o consumo e produção sustentáveis e a governança ambiental.

Nessa ocasião, o Brasil foi um dos países que se destacaram por seu posicionamento contrário às propostas de controle de crescimento estabelecidos na Conferência, tal postura denegriu ainda mais a imagem internacional do país, que já não era bem visto por estar sob vigência de um regime militar. Neste período, o movimento ambientalista brasileiro sofria forte repressão do governo, limitando o aprofundamento das discussões em solo nacional.

Contrariando as tendências internacionais de proteção ao meio ambiente, o regime militar deu sustentação para o crescimento econômico a qualquer custo, sem nenhuma preocupação ambiental. Isto abrangia alguns mega projetos, como Usina Nuclear de Angra, no Estado do Rio, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, a Transamazônica e o Projeto Carajás, na Amazônia. Em resposta, o Brasil recebeu uma onda de críticas, do Exterior. O governo colocou-se na defensiva, espalhando a

1 Grupo fundado em 1968 pelo industrial italiano Aurelio Peccei e pelo cientista escocês Alexander King, que reúne intelectuais de diversas formações e nacionalidades para debater um vasto conjunto de assuntos relacionados a política, economia internacional e, sobretudo, ao meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

2 Em sua tradução, o relatório “Limites do Crescimento” é considerado um dos primeiros estudos científicos a respeito da preservação ambiental e relaciona quatro grandes questões a serem solucionadas para possibilitar a consolidação de uma sustentabilidade mundial: o controle do crescimento populacional; controle do crescimento industrial; insuficiência da produção de alimentos; e esgotamentos dos recursos naturais.

3 A sede do PNUMA é localizada em Nairóbi, no Quênia, e o programa dispõe de escritórios regionais distribuídos ao redor do mundo. O Brasil dispõe de um subescritório desde 2004, em Brasília, e o Escritório Regional para a América Latina e Caribe é baseado no Panamá.

opinião de que a defesa do meio ambiente seria uma espécie de conspiração das nações desenvolvidas para impedir o crescimento do país (CZAPSKI, 1998, p. 36).

Na tentativa de abrandar sua imagem negativa, em 1973, o governo brasileiro cria a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), com o propósito de tratar das questões relativas à conservação do meio ambiente, do uso racional dos recursos naturais e do desenvolvimento da Educação Ambiental. Todavia, a medida que significava apenas uma satisfação à comunidade internacional acabou se tornando um grande passo para o ambientalismo brasileiro, pois foi precursora de um novo cenário político em relação ao meio ambiente.

Em 1975, seguindo recomendações da Conferência de Estocolmo, a UNESCO⁴ promoveu o Encontro Internacional em Educação Ambiental, em Belgrado, capital da Sérvia. Ao final do encontro foi elaborado o documento intitulado “Carta de Belgrado”, considerado marco conceitual no tratamento das questões ambientais. Ainda na década de 1970 outro acontecimento de extrema importância foi a Conferência Internacional de Tbilisi, realizada na capital da Geórgia, no ano de 1977. Nesse evento, considerado como o marco da Educação Ambiental, foram apresentadas algumas recomendações às práticas de Educação Ambiental. Apesar da relevância desse evento, o Brasil não participou da Conferência, mas formulou no mesmo período um documento intitulado “Educação Ambiental” que continha os objetivos e princípios da prática brasileira, como afirma CZAPSKI (1998).

Sob um novo contexto político brasileiro, em 1992, é criado o Ministério do Meio Ambiente (MMA), que teve sua estrutura regulamentada pelo Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, onde indica no Capítulo 2, Art. 2º, dentre os órgãos específicos singulares, a Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental abrigando três departamentos, dentre os quais apresenta-se o Departamento de Educação Ambiental (DEA/MMA), que no exercício de suas atribuições promove a elaboração de programas e projetos em consonância com o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), apontando que:

Nesse contexto, a educação ambiental no país é fortalecida e ampliada com a criação e consolidação das Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental (CIEAs) nos Estados da federação; a criação de Coletivos Educadores, Coletivos Jovens de Meio Ambiente, fóruns locais da Agenda 21, inclusive no âmbito das escolas, com a constituição das comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida – COMVIDA; a criação de redes de Educação Ambiental nos Estados, regiões e municípios do país; a realização dos Fóruns Brasileiros de Educação Ambiental; as Conferências do Meio Ambiente em suas versões “adulta” e “infantojuvenil”; a instituição de Salas Verdes em espaços não formais de educação; a expansão da educação ambiental nas instituições de ensino e o fomento de pesquisa e extensão em diferentes níveis do ensino formal; e a inserção de práticas educativas relacionadas a temática ambiental em organizações da sociedade civil e movimentos sociais (ProNEA, 2014, pag.21).

Essa ascensão da perspectiva ambiental no Brasil foi impulsionada pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida como Eco-92 ou Rio-92, que aponta desdobramentos importantes dos pontos de vista científico, diplomático, político, social e da comunicação. A Conferência reuniu representantes de 178 países para deliberarem sobre propostas de redução da degradação ambiental e que caminhassem para o desenvolvimento sustentável. Vinte anos depois, foi realizada a segunda edição da Conferência Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+20, cujos principais temas abordados foram a economia verde no

4 Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, criada em 16 de novembro de 1945, logo após a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de garantir a paz por meio de cooperação intelectual entre as nações. Atualmente, é composta por 193 países-membros.

contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza, e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável. A Rio+20 provocou uma revisão nas Agendas ambientais e impulsionou a elaboração de documentos e diretrizes voltados à sustentabilidade. Os “Cadernos de Sustentabilidade da Rio +20” e o “Relatório Rio +20 – O modelo brasileiro” foram lançados ainda no ano da realização da conferência e apresenta os acordos construídos por consenso coletivo na ocasião. Ainda no contexto da Rio+20, foi elaborado o documento com proposta para o estabelecimento de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA), incorporadas em 2013 às novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. Em 2015, foram concluídas as negociações que culminaram na adoção de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional até o ano de 2030. Os ODS delineados foram: 1) Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares; 2) Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; 3) Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; 4) Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; 5) Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas; 6) Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e o saneamento para todos; 7) Assegurar a todos o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia; 8) Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos; 9) Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação; 10) Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles; 11) Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; 12) Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis; 13) Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e os seus impactos; 14) Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável; 15) Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade; 16) Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. 17) Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

1.2 A Educação Ambiental Crítica e os Eixos de Formação do Sujeito Ecológico: uma leitura gepeadiana

Este segundo capítulo pretende conceituar as teorias-base utilizadas para nortear o desenvolvimento investigativo proposto por esta pesquisa, sendo elas evidenciadas por uma leitura baseada nas produções do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental, Diversidade e Sustentabilidade, ao longo de uma história de 15 anos quase completos. Neste período, o GEPEADS vem consolidando uma trajetória fundamentada pela vertente crítica da Educação Ambiental, e no intento de alçar novos caminhos analíticos sobre as questões das políticas socioeducacionais e ambientais, estabelece uma linha de pesquisa pautada na pedagogia crítico-emancipatória, cunhada por Paulo Freire, e orienta caminhos que convergem para a formação de sujeitos ecológicos, termo delineado nas obras de Isabel de Carvalho.

Partimos do entendimento de que vivemos uma crise ambiental, uma crise que não é ambiental somente, na expressão da palavra, mas uma crise social, estrutural do modelo de produção e consumo, econômica, política, cultural, ética e de desconstrução de nossas

identidades. Isso se deve ao paradigma adotado pela sociedade moderna, um paradigma com uma visão mecanicista, onde se estabelece um campo de disputa pelo embate da hegemonia, separando a sociedade em classes, onde minorias (as elites) detêm o poder de domínio sobre uma grande massa de dominados, sendo esses, tensionados a se ajustarem ao sistema instituído (SENNA et. al., 2012).

Nesse panorama de colapso iminente, onde a produção destrutiva extermina em marcha acelerada os ecossistemas, despreza a vida e faz regredir socialmente uma nação em nome do “desenvolvimento econômico”, se faz necessário e urgente questionamentos acerca de como, de fato, esse desenvolvimento se estabelece.

A favor de quem? Dos que neste momento estão sofrendo de inanição? Das inúmeras cidades onde sua população de baixa renda assiste impotente à decadência renunciada de seu território? Certamente que não. Submetidos a uma hegemonia dominante e sua ideologia consumista, que nos deixa ignorantes e fascinados, estamos perdendo o rumo de nossa própria história. Nesse cenário, a educação, adaptada para suprir as demandas mercadológicas e imperialistas, é impedida de exercer o papel que, em tese, é de produzir indivíduos críticos, com poder decisório, capazes de enfrentar a crise e de se reestruturar socialmente (OLIVEIRA et al., 2011).

O paradigma da sociedade moderna supracitado determina que os indivíduos pertencentes a classes subalternas estudem apenas o suficiente para a reprodução do *status quo* e a “natureza” é caracterizada por uma visão utilitarista, concebendo-se como provedora de recursos a serem revertidos em capital (RIBEIRO et al., 2012). Corroborando para a manutenção desse cenário:

A escola tradicional/conservadora assume práticas pedagógicas voltadas para a adaptação dos sujeitos dentro da sociedade, a sua principal função é formar indivíduos capazes de assumir suas funções sociais, assumindo um caráter de reprodução. Se seu pressuposto é “preparar” os sujeitos, intelectual e moralmente, para assumirem sua posição na sociedade, os conteúdos de ensino são os conhecimentos e valores transmitidos acriticamente, os métodos são baseados na transmissão mecânica de conteúdos pela exposição oral e repetitiva, o professor é o transmissor e o aluno o receptor. (SENNA et al., 2012)

É nesse sentido que a Educação Ambiental crítica e emancipatória busca em suas reflexões/ações o resgate das possibilidades do enfrentamento dessas problemáticas através de uma educação pautada na realidade, na ética e na solidariedade para que os indivíduos, através do conhecimento, possam compreender, reconhecer e assumir ativamente o seu papel na sociedade, para que seja possível então, transformá-la (OLIVEIRA et al, 2011). Deste modo, ressaltamos a importância de garantir o estabelecimento da tríade criticidade-transformação-emancipação na educação, entendida como:

Crítica na medida em que discute e explicita as contradições do atual modelo de civilização, da relação sociedade-natureza e das relações sociais que ele institui. **Transformadora**, porque ao pôr em discussão o caráter do processo civilizatório em curso, acredita na capacidade da humanidade de construir um outro futuro a partir da construção de um outro presente e, assim, instituindo novas relações dos seres humanos entre si e com a natureza. É também **emancipatória**, por tomar como valor fundamental da prática educativa a produção da autonomia dos grupos subalternos, oprimidos e excluídos, a superação das assimetrias e, conseqüentemente, a democratização da sociedade. (Quintas, 2004, p.07 apud Olabarriaga, 2012).

Consideramos a educação como possibilidade de mudanças do paradigma vigente e transformação de comportamento e atitudes (SENNÁ et. al., 2012). No entanto, observamos que podemos ter diferentes projetos educacionais que refletem e são reflexos de diferentes “visões sociais de mundo”, em um espectro que alcança das visões mais conservadoras às mais críticas (GUIMARÃES, 2012)

Estas diferentes concepções de Educação presentes em nossa sociedade travam um embate pela hegemonia. Uma atrelada aos interesses populares de emancipação, de igualdade social e melhor qualidade de vida que se reflete em melhor qualidade ambiental; outra, que assume prioritariamente aos interesses do capital, da lógica do mercado, defendida por grupos dominantes. Esta última, hegemônica na constituição da sociedade contemporânea. (GUIMARÃES, 1996 apud GUIMARÃES, 2012)

Para Paulo Freire (1921-1997), a educação crítica emerge da proposta de “educação libertadora”. A educação libertadora empenha-se fundamentalmente em subsidiar a tomada de consciência pelo sujeito sobre sua condição social e sobre sua própria vida, no que diz respeito à organização da sociedade, constituindo-se numa alternativa política à educação tradicional, definida por Freire como “educação bancária”.

A Educação Ambiental é uma das dimensões do processo educacional de papel essencial para o enfrentamento de problemáticas socioambientais. A Educação Ambiental crítica pode ser entendida como um projeto contra-hegemônico pautado na coletividade, na resistência, na solidariedade, na crítica e na autodocência, onde o professor ao ensinar descubra o novo (OLIVEIRA et al, 2011). Todavia, um de seus desafios esteja no fato de que a Educação Ambiental no Brasil se instaurou primeiramente nos setores governamentais sob uma vertente conservacionista, produzindo uma prática descontextualizada voltada apenas para os problemas relacionados à ecologia, o que levou as instituições e seus educadores a uma visão reducionista dos problemas socioambientais. (RIBEIRO et. al., 2012)

Leff (2001) elucida que o conceito de ambiente situa-se numa categoria não apenas biológica, mas constitui “uma racionalidade social, configurada por comportamentos, valores e saberes, como também por novos potenciais produtivos”. Nesse sentido, JACOBI (2005) sugere que refletir sobre a complexidade ambiental abre um estimulante espaço para compreender a gestação de novos atores sociais que se mobilizam-se para a apropriação da natureza, para um processo educativo articulado e comprometido com a sustentabilidade e a participação, apoiado numa lógica que privilegia o diálogo e a interdependência de diferentes áreas de saber.

Para CARVALHO (2004), esses atores se concebem a partir do resultado da aprendizagem adquirida através do pensamento crítico, e, partindo dessa premissa, determina como Sujeito Ecológico aquele que possui traços e valores ecológicos, e capacidade de tomar suas próprias decisões e fazer suas próprias críticas, refletindo sobre as relações com outros sujeitos no mundo, sendo a educação escolar, fundamental neste processo (RIBEIRO et. al., 2012; CARVALHO, 2004).

O conceito de sujeito ecológico ajuda a ressignificar as práticas de ensino, porque segundo CARVALHO (2002), requer dos professores e alunos a imersão em processos pedagógicos de subjetivação, relacionando-os aos campos sociais, institucionais, identitários e culturais onde os fenômenos ambientais se situam no cotidiano dos sujeitos. Logo se abre um universo de fenômenos naturais, mas também de fenômenos sociais e culturais, uma vez que compreendemos que não podemos trazer a questão ambiental somente abordada pela idéia de ambiente como se apenas fosse natureza sem elementos da sociedade.

Para Lima, a Educação Ambiental Crítica, Transformadora e Emancipatória ao subsidiar uma leitura mais complexa do mundo “amplia os espaços de liberdade transformando as situações de dominação a que estamos submetidos, através da tomada de

consciência do nosso lugar no mundo” (LIMA, in: LAYRARGUES, 2004, p.105). Essa concepção de Educação Ambiental busca também instrumentalizar o cidadão visando à sua participação a fim de se buscar uma justiça ambiental plena, onde os benefícios estejam ao alcance de todos e seu ônus não sejam suportados apenas pelos excluídos do processo de desenvolvimento/(BARBOSA et al., 2013).

Segundo Leff (2001), essa Cidadania na participação de sujeitos individuais e coletivos, assumindo em suas práxis a dimensão política da educação, é que pode vir a ser um instrumento, resultado de uma Educação Ambiental crítica, atuante no processo de transformação para um novo mundo justo e equilibrado; ou seja, socioambientalmente sustentável. Compreender a educação como transformação social, pressupõe ver o homem não como mero reservatório, depósito de conteúdos, mas sujeito construtor da própria história e em consequência, capaz de problematizar suas relações com o mundo. E mais uma vez podemos traduzir isso como o intento da formação de sujeitos ecológicos.

“O sujeito ecológico é um ideal de ser que condensa a utopia de uma existência ecológica plena, o que também implica uma sociedade plenamente ecológica. O ideal de ser e de viver em um mundo ecológico se vai constituindo como parâmetro orientador das decisões e escolhas de vida que os ecologistas, os educadores ambientais e as pessoas que aderem a esses ideais vão assumindo e incorporando, buscando experimentar em suas vidas cotidianas essas atitudes e comportamentos ecologicamente orientados. (CARVALHO, in: LAYRARGUES, 2004, p.65)”

1.3 Educação Profissional na Área de Meio Ambiente

Tendo em vista que o objetivo dessa pesquisa foi o de analisar os estágios curriculares dos estudantes do Curso Técnico de Meio Ambiente, oferecido pelo CTUR, entendemos ser importante realçar como a questão ambiental é abordada nas normativas da Educação Profissional, qual a história e a proposta pedagógica do Curso Técnico de Meio Ambiente do CTUR e como se configura o Estágio Supervisionado.

Os Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional⁵ têm como objetivo oferecer subsídios à formulação de propostas curriculares para o nível técnico e foram desenvolvidos para aproximar a prática escolar às orientações expressas nas Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional de Nível Técnico na área de Meio Ambiente. Nesse sentido, o documento será empregado no intuito de clarificar o entendimento acerca das atribuições referidas à área.

No que se refere às delimitações e interfaces, o documento pontua que:

O processo de reestruturação da economia brasileira, caracterizado pela modernização tecnológica e gerencial, a abertura de mercados e a crescente procura por parte dos consumidores por produtos compatíveis com a preservação do meio ambiente acentuam a oportunidade da criação de cursos técnicos na área. (RCNs, 2000).

5 Os Referenciais Curriculares Nacionais são documentos normativos que configuram um conjunto de reflexões de cunho educacional sobre objetivos, conteúdos e orientações didáticas para os educadores, instituídos a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996. Foram elaborados RCNs para os diferentes níveis de ensino, que assim como para a Educação Profissional, buscam aproximar a prática escolar às orientações expressas nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

Sugerindo ainda, que outro fator que teria motivado a adesão da indústria aos projetos de proteção do meio ambiente tenha sido a edição em 1998, da Lei de Crimes Ambientais, a qual responsabiliza criminalmente as companhias em caso de danos ambientais.

O documento estima que o mercado ambiental do Brasil é de aproximadamente 2,2 bilhões de dólares (1997), com um crescimento anual superior a 5%, sendo o maior da América Latina. As grandes empresas de consultoria ambiental, por sua vez, também apresentaram um crescimento anual de 10% até o ano de publicação (2000).

A partir do estabelecimento dos princípios da qualidade total, com seus termos definidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) na Norma Brasileira ISO 9000:2005, válida a partir de 30.01.2006, os conceitos de defeito e de re-trabalho foram incorporados à linguagem das empresas, sendo o de defeito, gradualmente associado a poluição, e o de re-trabalho, ao tratamento e disposição final dos resíduos. Decorrente as novas deliberações, as empresas começam a orientar suas ações para uma prática de produção mais “limpa”, ou de prevenção da poluição como uma forma de reduzir os resíduos na fonte, minimizando o "defeito poluição" e, conseqüentemente o re-trabalho envolvido em seu tratamento e disposição final. Os Referenciais Curriculares Nacionais (2000) afirmam que:

A mudança foi assimilada com sucesso na maioria dos países industrializados, já que a mesma alterou a percepção da gestão ambiental de agregadora de custos para fator de competitividade por meio da minimização de custos na produção, melhoria da imagem da empresa, prevenção de acidentes ambientais e seus custos inerentes, melhoria da comunicação com as partes interessadas (especialmente no que se refere ao diálogo com os órgãos de normalização, fiscalização e controle ambientais), entre outros. (RCNs, 2000).

Em relação a avaliação do desempenho ambiental nas empresas o documento destaca o papel da gestão ambiental na prevenção da poluição ou produção mais limpa, apontando seguintes mudanças: da apatia para a preocupação do grande público; interesse local para interesse global; do tratamento final de tubo para a prevenção da poluição; do isolamento para o envolvimento da alta administração; da conformidade legal para a melhoria contínua; dos custos ambientais para a vantagem competitiva; e das relações antagônicas e isolacionistas entre indústria e governo para a cooperação e participação.

Entretanto, com a vigência de novo paradigma internalizado pela indústria, o meio ambiente adentrou às fábricas, e como consequência, foi necessária uma repaginação no perfil do profissional ambiental.

No entanto, para que o curso de meio ambiente atinja seu objetivo, convém salientar que é indispensável uma articulação e o domínio das ciências da natureza no Ensino Médio. Na Educação Profissional é fundamental que se esteja atento aos problemas de meio ambiente, sobretudo a Agropecuária (uso de Agrotóxicos), Artes (manuseio de produtos químicos), Construção Civil, Indústria, Mineração, Saúde, Recursos Pesqueiros (utilização de produtos químicos), etc. (RCNs, 2000).

No que se refere aos cenários, tendências e desafios, os Referenciais Curriculares Nacionais salientam que:

Os acidentes ambientais alcançam grande repercussão na imprensa falada e escrita, com a mobilização da população atingida e seus representantes políticos ou de organizações não governamentais. Todos estes fatos foram produzindo uma mudança gradativa de posturas da sociedade e de suas instituições, bem como das empresas, principalmente aquelas que empregam tecnologias de alto impacto ambiental. (Referenciais Curriculares Nacionais, 2000).

Nesse processo, uma nova lógica de mercado entra em vigor, onde as empresas que investiram em uma imagem “mais verde”, utilizando processos menos poluidores, e que colaboraram para a preservação do meio ambiente são melhor vistas, mais respeitadas e conquistam a “simpatia” do público, afirmando um potencial de crescimento maior.

Outra necessidade apontada sugere a adequação das empresas aos mecanismos reguladores de barreiras técnicas e comerciais e de direitos do cidadão/consumidor. Estes contemplam diferentes visões e áreas de conhecimento, nas suas três grandes vertentes que são: **educação ambiental**, gestão ambiental e tecnologias ambientais.

A educação ambiental é apresentada no documento inserida na perspectiva do desenvolvimento sustentável, entendido como:

O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades. Ele contém dois conceitos-chaves: o conceito de “necessidades”, sobretudo as necessidades dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade; e a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender as necessidades presentes e futuras. (Nosso Futuro Comum- Rio de Janeiro - FGV 91 - Comissão Mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento, apud RCNs, 2000)

Segundo os RCNs, desenvolvimento sustentável requer a promoção de valores que mantenham os padrões de consumo dentro do limite das possibilidades ecológicas a que todos podem aspirar. Este tipo de desenvolvimento é mais do que crescimento. Ele exige uma mudança no teor qualitativo do crescimento, a fim de torná-lo menos intensivo de matérias-primas e de energia, e mais equitativo em seu impacto.

Partindo dessa premissa, educação ambiental é posta com o objetivo de encaminhar uma mudança de comportamento e de atitudes em relação ao meio ambiente interno de qualquer organização e externo a ela.

A educação ambiental é identificada como instrumento de revisão dos conceitos sobre o mundo e a vida em sociedade, conduzindo os seres humanos à construção de novos valores sociais, na aquisição de conhecimentos, atitudes, competências e habilidades para a conquista e a manutenção do direito ao meio ambiente equilibrado. (RCNs, 2000).

No âmbito dos paradigmas de desenvolvimento sustentável pronunciados, a atuação do técnico em meio ambiente deverá considerar as seguintes questões referentes à aquisição e ao processamento de matérias-primas: conservação de recursos naturais; proteção de habitats naturais e espécies ameaçadas; minimização de resíduos e prevenção à poluição; e uso de materiais reciclados. Em relação aos usos dos produtos devem ser considerados: eficiência energética; saúde do consumidor; segurança ambiental; conservação dos recursos naturais entrando como insumos para a produção. Já no campo de produção e distribuição dos produtos as questões evidenciadas são: mínimo uso de materiais; liberação de materiais tóxicos, geração e manuseio de lixo, uso de água; eficiência energética; e emissões para o ar, a terra e a água. E por fim, em relação ao uso dos produtos, embalagem e descartabilidade, as questões que se levantam são: reciclabilidade; facilidade de reutilização, refabricação e reparo; durabilidade; biodegradabilidade; e segurança do descarte em aterro sanitário ou em incineração.

No que diz respeito ao panorama da oferta, os RCNs afirmam que:

A atual oferta de cursos de meio ambiente é “precária” e de qualidade questionável[.]. De um modo geral, os currículos de curso técnicos nesta Área

Profissionais não estão respondendo as características, necessidades e anseios da sociedade. Para um Curso de Meio Ambiente contra indicam modelo pedagógico centrado num desenho curricular por disciplina e estrutura desarticulada, apesar dos esforços de planejamento integrado na aula tradicional. Desta maneira os desenhos curriculares e de alternativas metodológicas devem substituir o modelo centrado nas aulas tradicionais onde não haja uma dicotomia entre o teórico e o prático.(RCNs, 2000)

Desta forma recomendam:

A adoção de desenhos curriculares e de alternativas metodológicas inovadoras, dinâmicas, que substituam o modelo centrado nas aulas tradicionais, de forma quase que exclusiva ou com ênfase absoluta, por um ambiente pedagógico caracterizado por “aulas operatórias”, por workshops e oficinas nas quais os alunos trabalhem em projetos concretos e experimentais característicos da área, por oferecer espaços de discussão fundamentada do que está fartamente disponível para ser ouvido, visto e lido no mundo fora do espaço escolar, por seminários e palestras com profissionais atuantes, por visitas culturais e técnicas; a busca de alternativas de gestão de recursos educacionais, tais como acordos, convênios, patrocínios ou parcerias, que viabilizem constante renovação ou atualização tecnológica, condição essencial para que a educação profissional não faça da efetiva realidade do processo de produção da área uma ficção; e o estudo e a implantação de formas mais flexíveis de organização do trabalho escolar e de estabelecimento de vínculos contratuais com professores, de maneira a possibilitar a contribuição de profissionais efetivamente engajados na atividade produtiva, atualizados e responsáveis por produções reconhecidas pela sua qualidade, cuja disponibilidade e interesse não se ajustam aos esquemas pedagógicos e administrativos convencionais. (RCNs, 2000).

A problemática ambiental permeia todas as áreas de Educação Profissional, nesse caso é necessário que os cursos das mais diversas áreas profissionais contenham competências relativas aos riscos no exercício de suas atividades. Por outro lado, existe uma demanda de profissionais especializados e voltados inteiramente para a área, em vista disso:

O Técnico em Meio Ambiente está inserido na área de conhecimentos de Tecnologia Ambiental, identificada como a responsável pelo conhecimento da natureza, seus processos nos recursos naturais, as consequências das alterações antrópicas, seus aspectos e impactos ambientais, as ações preventivas e as tecnologias corretivas que visam à melhoria, à recuperação da qualidade ambiental e à preservação dos recursos naturais da vida no Planeta. (RCNs, 2000).

E por fim, as indicações para itinerários formativos consideram que o modelo pedagógico definido para a educação profissional deve se voltar para:

A formação do cidadão, mediante o estudo por competências, e considerando, ainda, que a educação profissional é complementar ao ensino médio, no que diz respeito à área profissionalizante, as habilitações a serem oferecidas pelas Instituições de Ensino deverão atender às possibilidades de permanente atualização e ampliação de novos conhecimentos, assumindo características peculiares, dependendo do quadro industrial existente e das necessidades ambientais detectadas na região. Tais cursos deverão constituir instrumentos eficazes visando capacitar recursos humanos para a prática de ações no meio ambiente em nível operacional, contribuindo para a conscientização da população sobre as questões ambientais prementes. (RCNs, 2000).

Desta maneira, define-se o perfil do técnico em meio ambiente pelas seguintes características:

- Qualificação para compreender, tomar decisões e propor soluções sobre os problemas ambientais em toda sua amplitude e diversidade;
- Capacidade de compor equipes multidisciplinares de profissionais em meio ambiente que, no setor público, fiscalizam as atividades que podem comprometer a qualidade ambiental e que promovem a vigilância permanente no uso sustentável dos recursos naturais;
- Habilidade para dialogar com a sociedade civil na implementação de projetos de interesse público, de campanhas de educação ambiental, de campanhas de esclarecimentos de prevenção à poluição e de práticas ambientalmente corretas, por exemplo incentivando a reciclagem ou o consumo responsável;
- Promover tecnologias mais limpas, atuar na solução técnica de problemas relacionados com a emissão de poluentes e nos estudos preventivos de impactos ambientais;

Considerando as particularidades territoriais do Brasil, os RCN's sugerem que a formação de novos profissionais de nível pós-médio são para a implementação de projetos ambientais nas esferas pública e privada, envolvendo as áreas da educação ambiental, da pesquisa aplicada e da disseminação de informações.

Independente do critério referencial para a construção de itinerários de formação, vale ressaltar que as competências profissionais gerais, estabelecidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, deverão estar necessariamente contempladas, assim como garantido o cumprimento da carga horária mínima obrigatória de 800 horas.

Como recomendação, os RCN's orientam que a instituição que pretender oferecer curso(s) técnico(s) e, mesmo, cursos básicos deverá avaliar, previamente:

- O volume e das características da demanda regional, certamente, suas possibilidades e condições de investimento na aquisição, manutenção e modernização de equipamentos e ambientes especializados, necessários e indispensáveis ao desenvolvimento das competências requeridas dos profissionais da área;
- Metodologias que contemplem, predominantemente, a efetiva realização de projetos típicos da área, envolvendo o exercício da busca de soluções para os seus principais desafios, subsidiados/assessorados por docentes em constante atuação produtiva ou contato ativo com o mercado de trabalho, são, também, particularmente fundamentais nessa área, requerendo, para isso, esquemas administrativos ágeis e flexíveis;
- Espaços, atividades e facilidades que estimulem e promovam um amplo desenvolvimento cultural dos alunos são essenciais, assim como a preocupação com a formação de profissionais de Meio Ambiente, críticos, eticamente conscientes e comprometidos com o desenvolvimento sócio-cultural e educacional do país.

É posto em evidência que o compromisso com essas dimensões da educação profissional na área de Meio Ambiente não pode restringir-se ao discurso ou aos documentos da instituição escolar, mas deve estar efetivamente refletido na sua prática pedagógica cotidiana. A formação dos técnicos deve ser uma preocupação permanente dentro de uma visão sistêmica, garantindo que para cada região esteja disponível um contingente capacitado, estrategicamente localizado e qualificado de acordo com as demandas de cada região.

1.4 Breve Histórico do Curso Técnico em Meio Ambiente No CTUR

O Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CTUR) é responsável pela oferta de ensino profissional e integrante da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, instituída nos termos da Lei Federal n.º 11.892/2008.

Ao longo de seus 75 anos de existência, o CTUR já ofertou os Cursos Técnicos em Agropecuária, Agropecuária Orgânica e Hotelaria. E atualmente são ofertados os Cursos Técnicos em Meio Ambiente, Agroecologia, Agrimensura (pós-médio) e Hospedagem.

A criação do curso Técnico em Meio Ambiente foi regulamentada pela Deliberação n.º 38, de 16 de abril de 2010, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFRRJ, e a sua implementação se deu a partir de seu Projeto Político-Pedagógico (PPP). O curso passou a ser ofertado nas modalidades denominadas de integrada e concomitância externa ao ensino médio, com ingresso anual de turmas e duração de três anos. Contudo, no ano de 2014, o Conselho Ordinário de Professores do CTUR aprovou a reorganização da matriz curricular que objetivou a alteração do tempo de duração do curso para dois anos para os alunos ingressantes na modalidade em concomitância externa ao ensino médio, com ingresso a partir de 2015. Essa alteração não comprometeu a oferta total das disciplinas, condensando-as no período de dois anos. Em 2015, por meio de demanda institucional, a equipe de docentes e a Comissão reformularam e propuseram a alteração na determinação da carga horária de estágio supervisionado, passando de 80 para 100 horas no Projeto Político-Pedagógico do curso Técnico em Meio Ambiente, com vigência para o biênio 2016-2017.

O PPP do curso técnico em meio ambiente enuncia que o curso oferece disciplinas que apresentam a temática ambiental sob diversas abordagens teóricas e práticas, que proporcionam uma visão multidisciplinar e instrumentalizam os estudantes para decisões coerentes e adequadas ao melhoramento da qualidade ambiental, ao gerenciamento do meio ambiente e sobre políticas públicas e legislação ambiental.

Com a reconfiguração do tempo de duração do curso na modalidade concomitância externa, as matrizes curriculares foram organizadas da seguinte forma:

Tabela 1: Matriz curricular do curso Técnico em Meio Ambiente concomitância externa

1ª Série	
Disciplinas	Carga Horária
Ecologia	70
Educação, Ambiente e Sociedade	70
Estatística Aplicada	70
Geografia Aplicada	35
Geomorfologia	70
Informática Aplicada	35
Metodologia de Projetos	70
Paisagismo Ambiental	70
Turismo e Meio Ambiente	70
Subtotal	560 horas
Qualificação profissional: Assistente em caracterização, manejo e conservação dos recursos ambientais (560 horas)	
2ª Série	
Disciplinas	Carga Horária
Hidrologia e Recursos Hídricos	70
Legislação Ambiental	70
Microbiologia	105
Planejamento e Gestão Ambiental	70
Química Ambiental	105
Recuperação de Áreas Degradadas	70
Sensoriamento Remoto	105

<i>Subtotal</i>	595 horas
Qualificação profissional: Assistente em tecnologias de controle e gestão ambiental (595 horas)	
Carga horária em disciplinas	1.155 horas
Estágio supervisionado	100
Trabalho de conclusão de curso (opcional)	—
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	1.255 horas

Dados: Plano de curso Técnico em Meio Ambiente – CTUR, 2014.

Tabela 2: Matriz curricular do curso Técnico em Meio Ambiente integrado

1ª Série	
Disciplinas	Carga Horária
Ecologia	70
Estatística Aplicada	70
Geomorfologia	70
Informática Aplicada	35
Paisagismo Ambiental	70
Turismo e Meio Ambiente	70
<i>Subtotal</i>	385 horas
Sem certificação	
2ª Série	
Disciplinas	Carga Horária
Hidrologia e Recursos Hídricos	70
Legislação Ambiental	70
Educação, Ambiente e Sociedade	70
Metodologia de Projetos	70
Recuperação de Áreas Degradadas	70
<i>Subtotal</i>	350 horas
Qualificação profissional: Assistente em caracterização, manejo e conservação dos recursos ambientais (735 horas)	
3ª Série	
Geografia Aplicada	35
Microbiologia e Saneamento Ambiental	105
Planejamento e Gestão Ambiental	70
Química Ambiental	105
Sensoriamento Remoto	105
<i>Subtotal</i>	420 horas
Qualificação profissional: Assistente em tecnologias de controle e gestão ambiental (420 horas)	
Carga horária em disciplinas	1.155 horas
Estágio supervisionado	100
Trabalho de conclusão de curso (opcional)	—
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	1.255 horas

Dados: Plano de curso Técnico em Meio Ambiente – CTUR, 2014.

As qualificações profissionais definidas pelo curso preconizam a formação de técnicos habilitados para a atuação em empresas de auditoria ambiental; em instituições governamentais, públicas e privadas; no licenciamento ambiental, e na fiscalização da qualidade do ar, da água e do solo do ponto de vista físico, químico e biológico; em ONGs e instituições sociais que atuam na área de Meio Ambiente e na Educação Ambiental; em

escolas; em Comitês de Bacias Hidrográficas; em Unidades de Conservação Ambiental; em empresas de consultoria; em usinas de tratamento de lixo, esgoto e água; em empresas ou instituições ligadas à pesquisa ou ao meio ambiente; em agências de qualificação; ou ainda de maneira autônoma.

Analisando a ementa das disciplinas ofertadas na matriz curricular do curso, observamos que a Educação Ambiental está presente, ainda que com uma abordagem tênue, em apenas três de um total de dezesseis disciplinas, a saber:

- Legislação Ambiental: os objetivos da disciplina visam proporcionar a construção do conhecimento acerca das leis ambientais e seus órgãos normativos, bem como apresentar meios de facilitação da interpretação das leis à luz do conhecimento das linguagens jurídica e ambiental. A Educação Ambiental é apontada apenas na esfera normativa, listada dentre as leis determinadas para estudo na disciplina.
- Turismo e Meio Ambiente: Busca proporcionar ao estudante a compreensão a respeito da correlação entre gestão ambiental e ecoturismo a partir do entendimento dos conceitos de turismo praticado em áreas naturais e seus impactos socioambientais. A disciplina apresenta a Educação Ambiental pautada por uma linha conservacionista, enfatizando conceitos de biomas, Unidades de Conservação e desenvolvimento sustentável.
- Educação, Ambiente e Sociedade: objetiva desenvolver uma consciência sobre a Educação Ambiental como possibilidade de sensibilização para a crise ambiental, sensibilizando a comunidade escolar, e posteriormente, os arredores do Colégio. A disciplina é fundamentada por princípios da corrente crítica da Educação Ambiental, aprofundando conhecimentos sobre conceitos e contextos em uma perspectiva socioambiental.

1.5 O Estágio Supervisionado

O Estágio Supervisionado é prescrito, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (BRASIL 2012), como uma prática profissional em situação real de trabalho como ato educativo da instituição educacional, quando previsto no projeto pedagógico do curso. Na atualidade, esta prática pedagógica é vista como uma atividade fundamental nas instituições de ensino técnico, posto que oportuniza o estreitamento entre teoria e prática.

De acordo com Scalabrin e Molinari (2013), o estágio é uma prática de aprendizado por meio do exercício de funções referentes à profissão que será exercida no futuro e que adiciona conhecimentos práticos aos teóricos aprendidos nos cursos. Dentre as modalidades de estágio, o estágio curricular obrigatório é uma atividade assegurada na matriz curricular do curso, cuja prática varia de acordo com o curso e pode ser realizada em organizações públicas, privadas, organizações não governamentais ou através de programas permanentes de extensão da universidade.

O plano de curso Técnico em Meio Ambiente do CTUR configura o Estágio Supervisionado em uma atividade escolar pertinente à área de formação profissional. Objetiva a interação do aluno em diferentes situações práticas com a teoria desenvolvida no cotidiano escolar e oferece a vinculação do ensino oferecido no ambiente escolar com o mundo do trabalho e com a prática social do educando, de maneira a refletir a essência atribuída a todos os programas de formação profissional pela atual Lei Federal n.º 9.394/1996. O estágio pode

ser realizado pelo estudante regularmente matriculado no 2º semestre das turmas de concomitância externa ou no 2º ano para as turmas de médio integrado em diante. O discente deverá contatar um Professor Orientador, obrigatoriamente ministrante de disciplina da área técnica do curso em Meio Ambiente, que acompanhará as atividades de estágio junto ao local pretendido. (Plano de Curso Técnico em Meio Ambiente, 2016)

2 O PROJETO SALAS VERDES

2.1 A Política Pública

Uma das políticas públicas delineadas pelo Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente é o Projeto Sala Verde, que promove a abertura de editais públicos de incentivo à implantação de espaços socioambientais para atuarem como potenciais Centros de Informação e Formação Ambiental. Segundo informações do DEA/MMA, a dimensão básica de qualquer Sala Verde é a disponibilização e democratização da informação ambiental e a busca por maximizar as possibilidades dos materiais distribuídos, colaborando para a construção de um espaço, que além do acesso à informação, ofereça a possibilidade de reflexão e construção do pensamento/ação ambiental. Cada Sala Verde é única, autogestionária e mantida com recursos institucionais. Pode ser vinculada a uma instituição pública ou privada, que poderá se dedicar a projetos, ações e programas educacionais voltados à questão ambiental. Deve cumprir um papel dinamizador, numa perspectiva articuladora e integradora, viabilizando iniciativas que propiciem uma efetiva participação dos diversos segmentos da sociedade na gestão ambiental, seguindo uma pauta de atuação permeada por ações educacionais, que caminhem em direção à sustentabilidade.

Atualmente, o Projeto Salas Verdes possui 638 unidades espalhadas por todo o país. As instituições participantes do projeto estão distribuídas em quase os todos Estados e no Distrito Federal. Estão localizadas, em sua maioria, em prefeituras municipais, secretarias de meio ambiente, secretarias de educação, institutos federais e universidades, mas também em Conselhos Gestores de Unidades de Conservação (UCs) e Organizações não Governamentais.

Ao cancelar uma Sala Verde, o MMA reconhece a sua relevância e certifica que o projeto apresentado está alinhado com as diretrizes e objetivos da Política e do Programa Nacional de Educação Ambiental. Dentre outras ações, o Ministério do Meio Ambiente, por meio do Departamento de Educação Ambiental da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, se propõe a : Dar visibilidade às atividades desenvolvidas pelas Salas Verdes, divulgar o espaço como referência em meio ambiente na área de abrangência geográfica de sua localização e promover a integração, proporcionando o amplo acesso e compartilhamento de informações que possam servir de referência para outras iniciativas, especialmente por meio da internet; Promover a integração das Salas Verdes com os demais programas e projetos do DEA/SAIC, bem como, ações de outras Secretarias e Departamentos do MMA, suas vinculadas e de outros Ministérios com trabalhos afins; Atualizar e disponibilizar, periodicamente, a relação das Salas Verdes em funcionamento no país, por meio da página na internet do Projeto; Dialogar com potenciais parceiros com o intuito de articular iniciativas e potencializar as ações das Salas Verdes, quando solicitado; Abrir turmas específicas para o público das Salas Verdes nos cursos oferecidos pelo Departamento de Educação Ambiental na plataforma de educação a distância do Ministério do Meio Ambiente; Disponibilizar, em meio digital, publicações e materiais do Departamento de Educação Ambiental e/ou de outros departamentos e secretarias do MMA, de suas entidades vinculadas e de potenciais parceiros institucionais, quando houver.

A última Chamada Pública para abertura de Salas Verdes foi realizada em dezembro de 2017, selecionando 311 projetos de todo o território nacional.

2.2 A Sala Verde Centro de Integração Socioambiental: uma caminhada desenhada a partir olhar das facilitadoras locais

Esta fase da pesquisa busca conceber um perfil identitário à Sala Verde Centro de Integração Socioambiental, a fim de clarificar o entendimento em relação à dimensão do universo em que a pesquisa foi destinada. Essa trajetória histórica será reconstituída através da tecitura de comentários e articulações de sentidos e contextos referentes às narrativas das supervisoras locais, ou “facilitadoras”, como se autodenominam, que atuaram no local ao longo desses doze anos de existência.

Foram entrevistadas as duas facilitadoras que me antecederam na função, desde a implantação do projeto até o ano de 2014, uma atuando por cerca de cinco anos e a outra pelos quase três anos subsequentes. As entrevistas foram aplicadas individualmente e as perguntas giraram em torno de questões que nortearam a sistematização e as análises dos dados: como/quando você começou a atuar na Sala Verde? Como era a dinâmica de funcionamento do espaço? Qual era a abrangência de público, principais projetos/ações/eventos? Os relatos foram gravados, com a permissão das participantes, e posteriormente transcritos e analisados. Destacamos fragmentos das falas mais significativas, agrupando-os de maneira a organizar uma sequência sistematizada e contextualizada da caminhada narrada.

Antes de discorrer efetivamente sobre a trajetória da Sala Verde CISA, se faz necessário situar a participação do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental, Diversidade e Sustentabilidade - GEPEADS⁶ nessa história. O GEPEADS se apresenta como fio condutor para a ambientalização dos processos de formação continuada de seus participantes, e para Soares (2014):

Se consagra como um espaço ativo e reflexivo fundamental na formação de discentes, docentes e técnicos, para entender a sociedade atual e propor soluções aos seus embates. Desta forma, a participação no GEPEADS auxilia os sujeitos na construção do próprio conhecimento, encontrando caminhos teóricos e metodológicos para enfrentar os desafios diante da peleja socioambiental.

6 “O GEPEADS iniciou seu processo de formação em outubro de 2003, como resultado de Programas e Projetos de Extensão e Pesquisa desenvolvidos em municípios circunvizinhos à UFRRJ (Seropédica). Essa iniciativa se estruturou buscando superar a mentalidade de “denúncia” ambiental, para alçar novos caminhos analíticos sobre as questões das políticas sócio-educacionais e ambientais [...] partiu das discussões eminentemente teóricas, que serviram de base inicial para fundamentar a prática, para a necessidade de vivências com experiências mais concretas do “fazer educação ambiental”. Daí partiu-se para a consolidação do grupo que se deu com o envolvimento coletivo para elaboração de um Programa encaminhado ao Programa Nacional de Extensão – PROEXT, intitulado: RIEP – Rede Interdisciplinar de Educação em Espaços Populares, do qual constavam três projetos, sendo um deles o de Educação Ambiental (EA). A experiência que vem sendo acumulada, sobretudo a partir de 2005, com as atividades formativas realizadas no CAIC, envolveu de forma dinâmica e integrativa o corpo docente daquele estabelecimento, resultando na organização do Projeto Político Pedagógico tendo como tema central a Educação Ambiental. [...] Neste contexto de fomentação de ambientes educativos para EA, que o GEPEADS montou a Sala Verde em 2006, em funcionamento até os dias atuais, e se envolveu em 2007 na formação do Coletivo Educadores da Baixada Fluminense; editais propostos pelo Ministério de Meio Ambiente. Ainda em 2006 o GEPEADS se expande para o Município de Nova Iguaçu, no novo Campus da UFRRJ e desde então vem atuando nestes dois espaços de forma articulada. O grupo, cadastrado na plataforma Lattes, é um dos grupos de pesquisa que compõe o Programa de Mestrado em Educação: Demandas Populares e Contextos Contemporâneos desta Universidade. Em 2010 iniciou-se a sua expansão para o mais recente Campus da UFRRJ, no Município de Três Rios.” (SOARES et al., 2009)

A participação de estudantes dos cursos de graduação, de forma sistemática, vem possibilitando uma compreensão da temática socioambiental em seus diferentes aspectos. A metodologia reflexiva da leitura coletiva de textos, realização de seminários e atividades de educação ambiental, bem como a proximidade quase orgânica com uma unidade escolar, o CAIC Paulo Dacorso Filho, vem possibilitando ricas elaborações e contribuições para a formação e prática docente e também para atuação dos educadores ambientais não formais (SENNA et al., 2013). E a importância do envolvimento desses estudantes de graduação com o Grupo é explicitada pelas falas iniciais das facilitadoras, como as que salientam que:

[...]é importante lembrar um pouco do tempo anterior, que comecei lá no grupo de pesquisa, então, essa passagem do grupo de pesquisa, no GEPEADS, ela foi fundamental para depois eu vir a estar como, o que eu gosto de chamar de “facilitadora”. (Facilitadora 2)

[...]em 2003 eu comecei a participar do GEPEADS [...] Em 2006 a gente estava lá no GEPEADS e viu o edital do Ministério do Meio Ambiente, nós concorremos a esse edital e fomos contemplados com a Sala Verde.[...] a história da minha formação começa no GEPEADS e continua na Sala Verde.(Facilitadora1)

Esse referenciamento imediato ao GEPEADS evidencia como o Grupo foi essencial para a solidificar as bases de fundamentação teórica necessárias para a criação da Sala Verde CISA naquele momento. Ambas facilitadoras apontam essa participação como um trecho marcante de suas caminhadas.

[...]a minha ida para a Sala Verde acontece muito antes de, de fato, eu estar como facilitadora oficial, legalizada e regularizada pela Universidade[...] eu participei da fundação do Grupo de Pesquisa [GEPEADS] em 2003, e fiquei como estudante de graduação até 2005, quando me formei. Em 2006 surge o edital do Projeto Salas Verdes do Ministério do Meio Ambiente, nesse ínterim a gente constrói uma atividade para o Coletivo de Educadores Ambientais da Baixada Fluminense, ao mesmo tempo é construído o projeto para gente ter na Universidade[UFRRJ] um espaço que seja caracterizado como a ideia de centro de formação socioambiental, e aqui na Rural ele tem o nome de Centro de Integração Socioambiental.(Facilitadora2)

Com esse aporte do GEPEADS, a Sala Verde CISA tem seu projeto aprovado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) no ano de 2006, iniciando suas atividades ainda no mesmo ano

e o lugar em que a gente encontra sede fica num colégio que fica dentro da UFRRJ [...]ele parte de um convênio das três esferas administrativas do poder público, a federal, municipal e estadual. Então se pressupõe que seria um lugar interessante para a gente desenvolver ações, receber estudantes como estagiários, bolsistas, e também como um espaço aberto à comunidade, para que essa comunidade tenha acesso à essas informações, no âmbito da temática ambiental. (Facilitadora2)

A Unidade Escolar citada é o Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente – CAIC Paulo Dacorso Filho, localizado no *campus* da UFRRJ, às margens da BR 465, s/n, no município de Seropédica-RJ. Este Centro possui a gestão compartilhada entre a UFRRJ e a Prefeitura Municipal de Seropédica.

No início a gente estava mexendo na estrutura, o CAIC abriu as portas pra gente em uma salinha bem pequenininha [...] que eles disponibilizaram, não era essa sala que a gente tem agora [...] era uma sala bem apertadinha e a gente mexeu na estrutura dela. (Facilitadora1)

Ainda que em um espaço reduzido, toda a estrutura foi pensada para a instalação de uma Sala Verde, recebendo materiais do Ministério do Meio Ambiente, da UFRRJ, assim como doações do próprio CAIC.

[...]Material que chegava do MMA, da Universidade a gente não ganhou muita coisa não, nós fizemos um projeto FAPERJ,[...]e ganhamos alguns recursos que nós compramos computador, câmera[...] e essa estrutura era uma estrutura para a Sala Verde. Do Ministério vinham livros, material para trabalhar[...] livros, revistas, kits (os kits eram livros, revistas, CDs, DVDs). [...] o MMA não apoiava com uma estrutura de material permanente não, de material permanente nem papelaria, era só mesmo com as revistas e os livros, que era muito bom. Quando a gente atendeu o edital, [esse] já falava que era isso que ia ter. Ia ter[também] a nossa formação, eles ofereceram, eu até participei de uma formação que teve com as Salas Verdes, porque assim que surgiu o edital tinham muitas Salas Verdes no Rio de Janeiro, agora que estão diminuindo, foi muito legal essa formação que eles fizeram com a gente.[...] O CAIC ajudou com o material que já tinha lá [mesas, cadeiras, armários], a UFRRJ mandou um armário[já em 2011, que serviu para abrigar o acervo bibliográfico] (Facilitadora1)

Como se trata de uma política pública da esfera administrativa federal, é disponibilizado anualmente às salas verdes um kit com literaturas que abordam a temática ambiental. Esses kits compõem o acervo bibliográfico da Sala Verde e são disponibilizados para acesso da sociedade, em uma iniciativa de capilarização dos temas socioambientais. Os principais temas buscados pelo público são gestão de resíduos sólidos, conservação de recursos, animais em extinção, gestão de recursos hídricos e EA em espaços escolares. O acervo é acessado principalmente pela comunidade acadêmica da UFRRJ, bem como por professores e estagiários do CAIC Paulo Dacorso Filho. (MOREIRA et. al. 2012). A UFRRJ fomenta os recursos humanos necessários para o funcionamento da Sala Verde CISA, disponibilizando um funcionário (no caso, a facilitadora), e os bolsistas de apoio técnico em nível de graduação. O CAIC direciona bolsas de apoio técnico, também fomentadas pela UFRRJ, ao Projeto Espaço com Cheiro de Verde, formando assim, a equipe atuante. O projeto “Espaço com Cheiro de Verde” foi instituído em 2004, com o objetivo de consolidar a perspectiva de construção do conhecimento pela pesquisa, ensino e extensão e criar condições de experiências interdisciplinares em meio ambiente, envolvendo professores, bolsistas atuantes no projeto e os alunos do CAIC em um processo de sensibilização socioambiental, a fim de promover a formação de sujeitos ecologicamente orientados.

Inicialmente, havia uma dominância no envolvimento de estudantes do Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas, que com o passar do tempo, foi dando lugar à chegada de estudantes de uma diversidade de áreas de formação.

Os professores que trabalham com a LICA acabam que [direcionavam seus alunos para a CISA], mas a gente já teve de matemática, biologia, geografia [...] Porque o que acontece, tinham os bolsistas e tinham as pessoas que iam na reunião, as vezes passava gente do CTUR[...] Na época que eu estava lá como supervisora as nossas reuniões eram na terça e na quinta, porque as vezes a pessoa não podia na terça ou não podia na quinta. E era

interessante porque a gente estudava livros, lia e fazia fichamento, aí tinha gente que ficava com o bico[grande] deste tamanho, mas depois agradecia pois percebia que aquela prática facilitava muito no momento dos estudos. (Facilitadora1)

Cabe salientar que a Educação Ambiental já se fazia presente no CAIC Paulo Dacorso Filho anteriormente à implantação da Sala Verde CISA em suas dependências, e antes mesmo até, da criação do GEPEADS na Universidade, como afirma a facilitadora em sua fala:

[...]é importantíssimo ressaltar, ela [Unidade Escolar/CAIC] já desenvolvia trabalhos de Educação Ambiental bem antes até do grupo de pesquisa[GEPEADS] existir, com a Professora Lia que era professora de Prática de Ensino de Ciências Agrícolas, de Didática de Ciências Agrícolas, ela sempre levava [seus alunos ao CAIC], e eu me recordo porque fui aluna dela. Então a gente passou por ali construindo projetos de Educação Ambiental no CAIC mesmo antes de ter uma Sala Verde ali, então essa discussão acontecia anteriormente. As coisas, elas acabaram tendo uma sinergia para pensar a Sala Verde, aí foi criado um projeto, que era um projeto da Unidade Escolar, com ligação com a Universidade, que era o “Projeto Espaço com Cheiro de Verde”. Quando a Sala Verde é instalada, o “Cheiro de Verde” passa a integrar a Sala Verde e eles sempre coexistiram ali naquele espaço, numa relação bastante intrínseca e ao mesmo tempo uma necessidade de haver uma separação, pois os bolsistas do Espaço com Cheiro de Verde eram da Unidade Escolar e os bolsistas da Sala Verde eram[...] vinculados à Universidade, então havia um pouco de uma identificação desidentificada (risos), e isso era bastante interessante, porque assim, a gente tentava minimamente fazer com que o grupo de pesquisa além do espaço da sala, que eu considero um espaço como o território, o espaço físico da sala serem os integradores desses projetos, enfim, eu acho que é um pouquinho dessa história.(Facilitadora 2)

Após esse estabelecimento inicial, um novo espaço foi cedido pelo CAIC para o funcionamento da CISA, a sala 27, na qual o projeto funciona até os dias atuais. Esta sala conta com um espaço muito mais amplo e próximo aos espaços externos do jardim e da horta escolar.

Neste momento, focaremos o nosso diálogo com as memórias narradas pela primeira facilitadora que atuou na CISA desde a elaboração de seu projeto até janeiro de 2011. Em relação ao direcionamento metodológico do espaço, ela afirma que:

Começou na própria formação, pra gente saber direito qual caminho[...] seguir [...] e nesse primeiro ano, a gente trabalhou nisso. (Facilitadora1)

Agregando os encontros do GEPEADS em sua rotina, a CISA passou a abrigar essas reuniões em seu espaço.

As reuniões de estudos eram duas vezes na semana, pelo menos uma reunião de estudos tinha que ter na semana porque a gente estava se embasando nessa perspectiva da formação, [...] a gente já trabalhava na formação mas era uma coisa mais acadêmica, mais interna à Universidade, e a CISA tinha uma proposta de sair da Universidade, de formar para a sociedade (...) a gente queria dar um passo diferente, então esse primeiro ano foi assim. (Facilitadora1)

E nesse momento, a CISA funcionava como um espaço de confluência de propostas orientadas à Educação Ambiental.

[...]a Sala Verde acolheu o Projeto[Espaço com] Cheiro de Verde que é da Professora Lia e acabou funcionando ali. Então na minha concepção, naquele momento nós tínhamos a Sala Verde, que era um espaço de formação, que acolhia o GEPEADS, que acolhia o “Cheiro de Verde”, e tinha projetos próprios. Que trabalhava em parceria com o GEPEADS e com o Cheiro de Verde, mas que tinha sua autonomia. (Facilitadora1)

O primeiro projeto de maior notoriedade, conduzido no âmbito da CISA, foi o projeto “Educação Ambiental na Formação de Formadores”, oferecido aos normalistas do 3º ano de formação do Colégio Estadual Presidente Dutra.

Depois a gente se engajou no projeto formação de formadores, a gente trabalhou com o Dutra na formação das normalistas, [...] trabalhou muito com elas, foi um projeto que eu amei e que eu dediquei a parte que eu estava na CISA, enquanto supervisora local.[...]e foi maravilhoso. Foi um pouco assustador porque a gente viu que a formação delas não contemplava em nada a formação para a educação ambiental, e a gente trabalhava com elas no último ano, então no outro ano elas já poderiam estar em sala de aula, mas elas não tinham noção do que era a EA numa vertente menos conservacionista. A EA para elas era cuidar do lixo, era proteger[...] era conservação. –“Então se eu quero conservar o Parque, o Ser humano não entra” (...) a gente tentou transformar essa visão. (Facilitadora1)

Cada facilitadora tinha uma certa autonomia para orientar as atividades conforme considerasse mais pertinente, o que permitiu à Sala Verde transitar por caminhos de diferentes direcionamentos.

O que eu acho interessante que cada supervisora local acaba tendo um foco diferenciado. Quando eu estava lá o meu foco era a formação de formadores mesmo. Eu acho muito importante você ter a noção de que todo mundo tem que ter a formação para o meio ambiente. Só que eu acho mais importante ainda que você forme os formadores. Que você forme os licenciados, que você forme os normalistas, para que eles consigam ter uma prática docente que integre isso no seu fazer. Não fique uma coisa destacada do seu fazer. Ele não tenha a impressão de que tem que ter um momento destacado na semana para fazer aquilo, porque provavelmente ele não terá. A gente que conhece a rotina docente, principalmente se ele está[matriculado] no estado ou se ele está no município, a gente vê que ele não vai ter essa hora de fazer isso. Se esse tema estiver dentro da sua prática, aí vai! [...] –“Porque eu trabalho 16 horas, eu tenho 4 para planejamento, mas trabalho em outra escola, porque senão eu não me mantenho”[...] A gente sabe que isso é a realidade, e se isso não mudou até agora, tampouco a gente espera que mude nos próximos tempos. O que tem que mudar na verdade é o entendimento da EA, isso era a minha paixão, minha paixão era e é ainda [...] o meu objetivo enquanto eu estava lá era esse, era “pegar” licenciando e “pegar” normalistas [...] eu falava que a prática deles tinha que ser temperada pela EA, é mais ou menos isso que eu sentia, que precisava temperar a prática deles[...]–“Ele é professor, e ele está formando o quê? Ele está formando um serralheiro? Que seja um serralheiro que tenha a sua prática temperada pela EA.” (Facilitadora 1)

Ocasionalmente, o trabalho do educador ambiental se assemelha com um “trabalho de formiguinha” ou é equiparado ao desafio de Sísifo, entretanto, não há gratificação maior quando percebemos que conseguimos semear, ao menos um pouco, desse modo de pensar e agir de forma social e ambientalmente responsáveis. Nesse sentido a facilitadora relatou que:

Às vezes eu encontro normalistas do [Colégio Estadual Presidente] Dutra que agora são alunos da Universidade [...] e isso é muito bom. Eles[me] reconhecerem: “ih você fez lá no CAIC”. [Respondo] “é fui eu”, então isso é muito bom. E eu acho que tanto a Sala Verde quanto o GEPEADS, influenciam na nossa busca pela formação continuada, [...]e muita gente continua aí fazendo seu doutorado, fazendo suas pesquisas, e isso é muito interessante. (Facilitadora1)

Quando motivada a comentar a respeito de seu posicionamento em relação à CISA ter sido implantada no CAIC, a facilitadora pondera:

Bom, tem os seus prós e tem os seus contras. Quando eu trabalhava lá, a diretora [...]entendia a Sala Verde como um lugar cedido do CAIC para o funcionamento da Sala Verde, ela conseguia entender isso e jamais tentou fazer com que a Sala Verde fosse a Sala Verde do CAIC [...]. Tinham projetos voltados para o CAIC sim, a CISA não, a CISA fez um projeto com os alunos do CAIC, um projeto com início, meio e fim, e era um projeto destacado das disciplinas. A CISA não ocupava um horário dentro do turno dos alunos, como o “Cheiro de Verde”.[...] a CISA fazia formação com os professores, e assim era o entendimento da gente com a diretora [...]. Era um relacionamento muito bom, quando tinha feira de ciências ela pedia para a gente mostrar o que a gente estava fazendo, quando tinha reunião de professores ela levava a gente para [...] mostrar o que estávamos fazendo, [...]agora, ela tinha consciência de que aquilo era um espaço cedido para a implantação de uma Sala Verde, é muito difícil uma diretora ter essa consciência[...].(Facilitadora1)

O fato de se instalar uma Sala Verde em uma Unidade Escolar de Educação Básica proporcionou uma interação com toda a comunidade escolar, e por vezes, ocorreram situações inesperadas, como revela a facilitadora:

As vezes os alunos fugiam da sala de aula e vinham se esconder lá na Sala Verde, e eu as vezes, antes de saber que eles iam lá se esconder, que eu não sabia, eu achava muito bonitinho. E depois [de descobrir a fuga] eu achava mais bonitinho ainda (risos). (Facilitadora1)

A Sala Verde era um local que despertava o imaginário infantil, localizada próximo ao jardim e da horta escolar, e sempre aberta e adornada com muitos materiais coloridos, livros e jogos à disposição de quem quisesse interagir. Logo, se mostrava um espaço muito mais atrativo do que a tradicional sala de aula, sobretudo, considerando que a escola atendia em horário integral, em um turno compreendido entre as 8 horas até as 16 horas. Sobre a interação dos professores do CAIC com a Sala Verde CISA, a facilitadora aponta que:

Como eu disse, os professores do estado e do município, ali a maioria era do município e alguns do estado, pelo menos a época que eu trabalhava lá era assim. Então, eles tinham pouco tempo para aproveitar a Sala Verde, mas quando eles tinham qualquer trabalho, qualquer pesquisa, qualquer

projeto[...] Porque era uma escola pensada em projetos, então eles tinham projetos semestrais,[...] então se tinha algum projeto que cruzasse em alguma esquina com a EA eles corriam lá na Sala Verde. E isso era muito bom. Uma coisa muito interessante foi que eu participei da elaboração do Projeto Político Pedagógico do CAIC em 2008 (eu acho que foi em 2008) e quando eu estava participando, a gente conseguiu colocar a EA como um dos eixos do PPP. Gente, eu quase chorei! Porque eu acho que foi maravilhoso. Assim, na estrutura do Projeto não fala nada da Sala Verde[...], mas pra mim, sinceramente, pouco importa. O que importa é que está lá o eixo da EA, não importa quem botou[...] Quando eu estava lá eu pensei: “Caraca! A gente conseguiu ficar escrito!”. Está escrito, e para aquilo deixar de ser, vão ter que rescrever esse documento. Então quando eu fiz a minha pesquisa no mestrado, o que eu me apegava mais era como que estava institucionalizada a questão do meio ambiente. O que é institucionalização? Como está na prática, mas como é que está no documento? Porque se está no documento a pessoa nova vai entrar e vai[pensar]: “Opa! Este documento está norteando por aqui”. Se não estiver, a pessoa que está aqui agora faz, sai, e a pessoa que entra não sabe o que tem ali. Então a gente foi no PPP e isso para mim foi uma grande vitória, porque apesar do entendimento da CISA não ser[/pertencer ao] CAIC, que foi um espaço cedido, influenciou a construção do documento, e isso foi muito interessante, foi muito importante. (Facilitadora 1)

Desde a implantação e efetivo funcionamento do CAIC, a partir do ano de 1994, o tema Educação Ambiental tem sido a coluna vertebral de seu projeto educacional. O PPP da Unidade Escolar aponta que inicialmente foram priorizados projetos voltados para alimentação alternativa e o Pró-Lixo, que abarcava ações voltadas para a reciclagem de papel e de latas de alumínio, compostagem e Resto Zero no refeitório. Nos anos seguintes, foi posto o lema “Defensores da Natureza”, sendo inclusive, impresso na camisa de uniforme das crianças. A partir do ano de 2005, deu-se prioridade ao tema por compreensão dos professores da unidade escolar. Seguramente, o trabalho desenvolvido com a comunidade escolar que resultou na Educação Ambiental ocupando uma posição de centralidade no PPP do CAIC Paulo Dacorso Filho, que é uma Unidade Escolar de grande prestígio e visibilidade municipal, representa uma das conquistas mais memoráveis da CISA em sua caminhada. Esse feito denota um incentivo à ambientalização escolar, e a estratégia de inserir a temática em um documento norteador, preconiza a viabilidade do enraizamento e fortalecimento da EA no ambiente escolar. Outras ações que florescem o histórico de atuação da CISA consistem nas organizações de eventos na Universidade, e a facilitadora faz algumas recordações dessas experiências.

A gente fazia o Circuito Tela Verde, que era muito legal,[...] fazíamos aqui no Salão Azul, era tipo um cinema e depois tinha debate. No primeiro a gente levou pessoas bem legais para fazer os debates. Tinha também, em parceria com o GEPEADS, a Semana da Educação Ambiental (SEMEA) na Rural, que eu amava de paixão fazer. A primeira foi aqui, no Salão Azul, a gente fazia terça, quarta e quinta, [...] na primeira foi muito bom, mas [...] a gente não teve [apresentação de trabalhos], foram somente as palestras, seminários essas coisas assim. A segunda eu estava enrolada com o mestrado [...] e a última,[...] a terceira, teve apresentação de trabalhos.[...] eu não aparentava, mas eu estava assustada porque eu não tinha planejado uma coisa daquele tamanho, de vir gente de longe [...] Nossa, eu fiquei muito apavorada! Teve uma hora que a Ana falou assim: “senta e coloca esse pé pra cima”. Aí eu sentei (risos). Mas foi tudo maravilhoso! As rodas

de conversa? O que foram aquelas rodas de conversa? de uma simplicidade... porque quando eu ia nos eventos de EA, eu sempre buscava a simplicidade. [...] eu acho que a EA não combina com pompa, com ostentação. Para mim, não combina. E ali não teve, teve muita simplicidade, tinha gente sentada na roda, conversando, um evento gratuito, [...] foi maravilhoso. Eu acho que evento de EA tem que ser assim. Porque se a sociedade não aprender a ser simples, a gente está ferrado.[...] se a gente tiver que viver ostentando, ostentando uma maneira de viver, a gente não consegue. E se o educador ambiental não demonstrar simplicidade na sua prática. Ex.: Eu trabalho aqui, como professora,[logo]eu ganharia para ser professora, então se eu peço um afastamento aqui do meu trabalho para ir em uma outra instituição para fazer uma palestra, esses dias de afastamento eu vou receber do meu salário, então, por que eu vou cobrar R\$30 mil para dar uma palestra sobre EA? Eu estou torta [...] eu não entendi.[...] eu já vi educadores ambientais cobrando absurdos para dar uma palestra. A gente luta conta um estado em que o capitalismo levou a gente, então quando eu vejo um professor falando assim: _“ah não, eu não tenho carro porque se cada um tiver um carro[causaria um impacto ambiental significativo], então quando eu quero me deslocar, eu pego um taxi”. Eu [pensei]:_ Opa! Essa pessoa não pensou! Eu estou pensando que ele vai de coletivo, eu estou pensando que ele vai de carona... não! ele vai de taxi! Então essa pessoa, apesar de ter anos na EA, ser um palestrante renomado, professor, orientador de diversas cabeças, ele não entendeu que é preciso mudar. Porque ele falava que ele ia a pé da casa dele no trabalho, que dava para ir a pé, mas ele pegava um taxi. Sabe, essas coisas que as vezes me intrigam, porque se você perder a simplicidade, você perde um pouco a ideologia que tem que estar no educador ambiental. (Facilitadora 1)

Cabe destacar que o Circuito Tela Verde é uma Mostra Nacional de Produção Audiovisual Independente, organizada pelo Departamento de Educação Ambiental-MMA, que reúne anualmente curtametragens com conteúdo socioambiental para serem exibidos em todo território nacional pelos espaços exibidores cadastrados em cada edição. Já a Semana de Educação Ambiental é um evento bianual, em tese, organizado pela parceria CISA-GEPEADS na UFRRJ. O evento objetiva possibilitar a construção/consolidação de uma visão autônoma e crítica aos estudantes, professores, e demais participantes. Busca focar a abordagem em temas atuais, de caráter geral e local, a partir de atividades sob a forma de mesas-redondas, palestras, oficinas e mini-cursos. Sua primeira edição ocorreu no ano de 2006, e assim como as demais realizadas, contou com uma participação significativa da comunidade interna à UFRRJ. Nas últimas edições foi observada uma abrangência em proporções regionais, recebendo também representantes de estados vizinhos, como Minas Gerais. Esses encontros proporcionaram amplo e democrático debate, pelos diferentes olhares e perspectivas sobre a questão ambiental em suas múltiplas facetas, o que possibilitou a todos o acesso a instrumentos capazes de conduzir a uma intervenção fundamentada e eficaz em suas comunidades (NOGUEIRA et al., 2011).

A visão apontada pela facilitadora que reclama por uma reminiscência da simplicidade, embora aparentemente ingênua e romântica, se faz necessária nos dias atuais. Vivemos tão atarefados e preocupados com o dia de amanhã, se teremos o que comer o que vestir e onde morar que nos esquecemos de dar valor a pequenas coisas ao nosso redor. E nessa conjuntura que a EA denota um resgate da simplicidade de ver e viver a vida. Os padrões culturais impostos pela sociedade industrial contemporânea fazem com que os indivíduos convivam cegamente, ou ignorando conscientemente, abstendo-se de sua responsabilidade sobre a crise (socio)ambiental instaurada. A tecnologia e a ciência

conferiram benefícios para o homem, e, paradoxalmente, trouxeram comprometimentos negativos e (aparentemente)irreversíveis ao ambiente social e natural (SENNÁ et al., 2013). Sem uma reflexão crítica e profunda em relação a todo esse processo, e mais ainda, sem que o discurso e a prática estejam intimamente alinhados, as colocações desse tipo de “educador ambiental” não passam de demagogia e não corroboram de fato com as matrizes ideológicas da EA.

Neste momento seguiremos para um novo contexto de direcionamentos, dialogando agora, com a segunda facilitadora entrevistada que atuou no espaço da Sala Verde CISA no período de fevereiro de 2011 à julho de 2014. Começando pelo próprio termo que denomina sua função, “facilitadora”, a entrevistada fez questão de elucidar os motivos de sua conveniência.

[...] é um nome que me é muito mais [...] condizente com que a função diz, porque a gente acaba recebendo ali muitos estudantes que querem se aprofundar na temática, estudantes da graduação, especialmente, e eu me aproprio desse nome por conta de ter participado de muitos processos de facilitação de construção de políticas públicas para a EA no âmbito estadual. Então é meio que uma apropriação mesmo que eu faço e começo a usar. [...]eu pensava que o objetivo ali, naquele espaço, era facilitar o processo de construção do conhecimento em EA, os aprofundamentos sobre as linhas de atuação da EA, as referências teóricas, referências metodológicas de EA. (Facilitadora 2)

Nesse momento, a nova facilitadora chega para assumir essa função de mediação dos processos formativos que já vinham ocorrendo em uma rotina consolidada por sua antecessora. Ela revela sua percepção inicial deste processo de retorno à um espaço em que colaborou para a consolidação, mas que estava afastada há algum tempo.

[...]então eu estava em um momento da minha vida que era importante esse retorno e muito oportuno, e seria um momento de consolidação de práticas das quais eu acreditava, de estar próxima da Universidade, que era uma coisa importante para mim academicamente no sentido de retomar esse fôlego, de estudar, de estar próximo, vir a tentar um doutorado, que era algo que eu estava querendo na época e que eu acabei protelando até hoje (risos) vamos ver se esse ano eu consigo me inscrever direitinho, e por outras intercorrências aconteceram aí nesse processo, e aí então em fevereiro de 2011 eu começo a atuar efetivamente como facilitadora. [...]bom, e aí eu entro na Sala Verde, uma Sala Verde que já funcionava a pleno vapor, com estudantes que já eram bolsistas dos mais diferentes níveis, tanto de apoio técnico-administrativo, que era o nome que se dava na época, como uma bolsista de Iniciação Científica, e a grande preocupação, e eu acho que isso sempre foi um norte do trabalho da Sala Verde, de tentar aliar ensino, pesquisa e extensão. Eu chego no final de um projeto, que é o Projeto [Educação Ambiental na] Formação de Formadores, com o Colégio Estadual Presidente Dutra, então essa vivência era uma vivência muito ainda vívida para os estudantes que estavam ali, pois tinham os encontros semanais, eram feitas atividades organizadas semanalmente, havia uma resposta muito grande, uma interação muito grande dos estudantes que participavam ativamente do projeto formação e também dos estudantes do Colégio Estadual Presidente Dutra que são estudantes da formação de professores de nível médio. Então isso era muito demandado até pela própria parte dos estudantes de graduação que estavam ali naquele momento. (Facilitadora 2)

Até esse momento, o quantitativo de bolsas de apoio técnico da UFRRJ direcionadas à equipe da CISA totalizava quatro unidades. Duas, via Projeto Sala Verde CISA, e mais duas pelo Projeto Espaço com Cheiro de Verde, via CAIC. Havia também, em períodos determinados, um(a) bolsista de Iniciação Científica, quando mediante a inscrição de projetos, era contemplado por esse tipo de bolsa fomentada pela CAPES pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – PIBIC/CNPq. Entretanto, esse panorama sofre algumas mudanças no ano de 2012, como disserta a facilitadora:

A gente tem naquele ano uma ampliação dos nossos bolsistas, por uma questão política mesmo da Universidade.[...]todas essas[bolsistas] que eu citei eram estudantes da LICA, e aí nesse ano a gente passa a ter estudantes também de outros cursos de formação, especialmente da agronomia.[...] então posso dizer que o momento em que eu passei por ali, acho que foi o momento em que mais tivemos bolsistas na Sala, não por mérito meu, mas por mérito da Universidade mesmo, porque a gente chegou a ter um momento em que tinham quase dez bolsistas ali na Sala Verde, entre bolsistas da Sala propriamente ditos e bolsistas do Cheiro de Verde, que é um projeto vinculado a UE, mas que é acolhido pela Sala Verde. (Facilitadora 2)

Com a chegada dos discentes do Curso de Engenharia Agrônômica, os direcionamentos das ações desenvolvidas na CISA ganham novos contornos, e nesse momento:

A gente passa a ter uma frente na educação ambiental desenvolvida ali na Sala Verde que vai além de uma vinculação com os espaços escolares. E veja bem, a gente acaba tendo essa vinculação com o estudo, o aprofundamento e desenvolvimento de atividades em espaços escolares, muito tencionado por estarmos numa escola de educação básica. Mas assim, havia uma demanda para que a gente fizesse atividades para além desses espaços escolares, mas isso demandaria um aporte de apoio não só financeiro, mas também estrutural para desenvolver ações de EA em espaços não formais, que era o que os alunos[queriam], que aí me refiro aos estagiários e bolsistas da Sala Verde, então a gente tinha naquele momento uma certa dificuldade de fazer isso, ainda que isso ficasse lá pairando no nosso imaginário, de pensar como que se dá a construção de uma Política Pública de EA em nível local, atividades de EA em espaços não-formais vinculadas às Secretarias de Meio Ambiente, e também às Secretarias de Agricultura das regiões. Havia uma dificuldade de articulação com esses espaços, mas havia essa preocupação e essas inúmeras tentativas. Tanto que depois uma bolsista da Sala Verde, que foi a Thamiris, ela quis discutir na monografia dela a Educação Ambiental na Agricultura Familiar, lembrando que a gente está falando de uma Universidade Federal que nasce eminentemente agrária e que precisa também socialmente discutir essas questões e veio no momento em que o Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar – PEAAF é lançado. Enfim, esse período de 2011 e 2012 é um período muito rico de produção, de conhecimento por parte dos nossos bolsistas, na época eu me recordo bem que as nossas reuniões semanais eram uma coisa muito rotineira, bastante sistemáticas com leituras de textos, isso já vinha com um processo histórico que a Samara havia construído dessa rotina, a gente manteve isso, e a gente tentou delimitar em linhas de interesse dos bolsistas. Então o pessoal que vinha da

agronomia a gente tentava aliar a EA com os processos de produção agrícola, vinculando com as questões agroecológicas, então na época os meninos construíram uma unidade demonstrativa de um sistema agroflorestal e hoje a gente tem lá os pés de banana,[...] eles usavam muito o recurso da adubação verde na época, num espaço que era muito ingrato de se trabalhar, inclusive, porque era bastante pedregosa aquela área, para além da horta que existe naquele espaço. (Facilitadora 2)

A monografia mencionada pela facilitadora, intitulada “Políticas Públicas entre Educação Ambiental e Agroecologia: o PEAAF na construção de Sociedades Sustentáveis”, decorre de uma pesquisa de base documental que buscou investigar a institucionalização no campo legislativo das esferas supracitadas. As equipes da CISA sempre buscaram integrar em suas ações de sensibilização ambiental o espaço da horta escolar de bases agroecológicas como instrumento para problematização de temas geradores, por entender a Agroecologia como ciência que apresenta princípios, conceitos e metodologias que objetivam a implantação e o desenvolvimento de estilos de agricultura com maiores níveis de sustentabilidade, incluindo-se aí a dimensão social como fator preponderante para a construção de valores sociais comprometidos com a realidade e as condições de vida das comunidades. Desta forma, cria-se um ambiente onde discussões sobre sustentabilidade são contextualizadas a partir de espaços de construção de conhecimento que relacionam teoria e prática delineados pelos princípios agroecológicos” (MIRANDA et al., 2012). Diante da constatação que a Agroecologia e Educação Ambiental se integravam de forma indissociável, as vertentes firmaram o embasamento ideológico que sustentava as ações desenvolvidas, constituindo-se como importantes aliadas no que tange a busca pela formação do sujeito ecológico no ambiente escolar.

A horta sempre foi um dos espaços norteadores dos processos de construção do conhecimento, para pensar a EA pela horta escolar, mas também a questão do conhecimento escolar. (Facilitadora 2)

O principal propósito da apropriação desse espaço para o desenvolvimento de atividades de EA seria não somente difundir “idéias verdes”, mas usar a horta escolar como instrumento para a problematização e reflexão sobre o modo de vida adotado pelo homem contemporâneo. Tais ações buscam despertar novas atitudes, desconstruir o paradigma dicotômico entre ser humano e natureza e promover a integração do homem como ser cognoscente (FREIRE, 1970) que utiliza a sua inteligência e atitude crítica para conhecer-se e reconhecer-se no mundo (REIS et al., 2011).

[...] então em 2011, 2012 e 2013 também, a gente teve momentos bastante ricos de constante construção de textos, de incentivo à participação dos alunos pelo menos na Reunião Anual de Iniciação Científica aqui na Universidade, que na época era chamada de Jornada de Iniciação Científica. [...] a gente tentava ter pelo menos um texto por aluno, discutindo alguma temática que fosse mais afeta aos interesses daquele aluno, trazendo as referências teóricas da EA, então foi um momento muito rico. (Facilitadora 2)

Durante o período de três anos referidos acima, foi identificado um total de 23 produções textuais da equipe da CISA nos Anais das Jornadas e Reunões Anais de Iniciação Científica da UFRRJ. Os trabalhos apresentados compreenderam desde relatos de experiências e ações desenvolvidas, assim como socializaram resultados de pesquisas

realizadas a partir de diferentes projetos, a saber: “Formação de Formadores em EA” (financiado pela FAPERJ), “EA na Educação de Jovens e Adultos”, “Agroecologia, Agricultura Familiar e EA”, “Educomunicação Socioambiental”, “EA na Educação Básica” e “Políticas Públicas em EA”. Em todos os projetos desenvolvidos o GEPEADS teve participação e influência orgânica na fundamentação teórico-metodológica (MOREIRA et al., 2012).

[Em]2012 a gente começa a ter uma saída dos nossos estudantes para participarem de outros Programas. (Facilitadora 2)

Nesse momento o Programa de Desenvolvimento Acadêmico e Institucional (PDAI), que tem por finalidade apoiar financeiramente estudantes da UFRRJ regularmente matriculados nos cursos de graduação, é favorecido com a ampliação de suas bolsas, cujos recursos financeiros para a viabilização deste programa são oriundos do Programa Nacional de Assistência Estudantil e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC). Além disso, a UFRRJ começa a acessar o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), oportunizando um novo núcleo para atuação dos discentes dos cursos de licenciatura da universidade. E considerando esse universo de possibilidades, os estudantes começaram a buscar novas experiências para sua formação, desencadeando um fluxo de rotatividade de bolsistas na CISA. Com novos atores, surgem novas questões e outras rotas são criadas nessa caminhada. Havia uma bolsista que:

[...]gostava muito de trabalhar com a questão da Educação Ambiental na Educação Infantil, [Outra que] tinha uma questão muito forte com a educomunicação, então [...]fez um trabalho muito bacana lá, claro que apoiada por todos os outros colegas, ainda que a gente soubesse que tinham muitas dificuldades porque isso é natural. [...] um espaço que acolhe muitas pessoas com diferentes interesses, você vai ter dificuldades nos canais de comunicação.[...]há também a vinda da participação de estudantes de uma atividade acadêmica curricular do Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas, chamada Núcleo de Estudos, de Pesquisa e Extensão em Educação Ambiental (NEEP), então esses estudantes passam a vir para participar [...] das reuniões do Grupo de Pesquisa, e são convidados a conhecer o Projeto Sala Verde[...]. Então assim, a gente tem esse momento[...] tem a passagem de inúmeras pessoas por ali. (Facilitadora 2)

Em relação ao envolvimento com os professores e com o CAIC, de modo geral a facilitadora relata que

[...] a gente não teve um projeto de atuação sistemática com os docentes da UE, a gente pega um momento em que a escola ainda tinha muita identificação com a temática ambiental, isso vinha de um projeto anterior à Sala Verde [...] em que foram feitos vários cursos de formação, e aí a EA passa a reger toda a proposta pedagógica da escola. Então a gente pegou esse momento em que os professores ainda tinham essa leitura, e é uma leitura assim, que estava um pouco mais no campo discursivo do que nas práticas, [essa é] uma percepção que eu tinha na época. O nosso trabalho com a escola era um trabalho, a gente tentava manter uma certa identidade, e vou repetir uma coisa que falei antes, né, a identidade desidentificada (risos), porque eu percebia que havia uma demanda [...] para que nós atendessemos à expectativas da escola, às tarefas, ao calendário acadêmico da escola e do município, e a gente tentava atender na medida do possível.

Tinham umas semanas verdes por exemplo, criaram essa história de semanas verdes, que eram duas por ano, uma no início do ano e uma no meio do ano, e a gente tentava atender dentro daquilo que nos fosse possível para não virarmos tarefeiros da escola, porque a gente pensava que a gente estava para além da escola, mas eu acho que a questão principal, e aí eu faço até uma mea culpa, né, é que a gente não avançou na construção de um projeto político pedagógico da Sala Verde, a gente precisa desse projeto pra gente conseguir ter uma identidade mais fortalecida, com objetivos muito claros e precisos, no espaço de tempo preciso, porque projeto precisa ser revisto todo ano, ou a cada dois anos, depende de como for construído, bom eu acho que faltou isso, mas imagina só atender aos interesses que quase dez bolsistas e tendo que participar de inúmeras atividades também fora, porque por ter passado pela SEEDUC eu ainda era convidada a participar de muitas coisas que eram vinculadas por lá, fui organizadora da Conferência Estadual Infantojuvenil pelo Meio Ambiente de 2013, então vira e mexe é uma coisa que tem um intervalo aí de tempo de realização, a gente vira e mexe acaba fazendo parte, né, os atores são os mesmos mas as instituições são diferentes, né, então era uma coisa assim que eu acabava indo fazer parte, representando no caso, na época, a Sala Verde.

Agora, refletindo sobre toda sua vivência profissional e as relações construídas nesse período de tempo, a facilitadora avalia:

Eu percebo que foi um momento muito rico para mim, para a minha vida, conviver com todo alunado que ali passou, as reuniões do grupo de pesquisa que eram de muito avanço, tivemos momentos de crise como qualquer lugar que a gente ocupa que as vezes quando os interesses não estão afinados isso acaba acontecendo, mas conseguimos superar e até criar laços fortes de amizades que ultrapassam a barreira da questão do trabalho, né, então eu penso que seja isso, a gente na época conseguiu organizar alguns CTV, acho que um por ano, 2011 a gente fez, 2012 a gente fez, 2013, a gente fez, a gente conseguiu fazer isso com uma qualidade, teve um momento que foi muito especial, que foi um momento que a gente até tem uma foto no meu facebook desse momento, desse CTV, que foi lá no Salão Azul, com muita gente, muita gente participou. Ali começam a vir os estudantes do CTUR, começam a participar da Sala Verde, na verdade. E a gente começou a organizar a quarta SEMEA da Universidade naquele tempo, e foi uma semana muito trabalhosa, muito trabalhosa, mas foi uma semana muito rica que a gente conseguiu trazer referências, né, para participar do evento, como o Loureiro, o Celso Sanchez, o próprio Mauro [Guimarães], então a gente conseguiu fazer oficinas interessantes também, com apresentação de trabalhos, teve revista, anais do evento, então a gente conseguiu fazer um trabalho de muita qualidade, e esses momentos sei que são momentos de muita produção, a gente consegue gerar muitos resultados para além da semana propriamente dita, eles sempre geram reflexões, (...) como se fosse um ponto de mutação na sala, né, e nesse ano, a semente foi em 2014, início de 2014, final de janeiro início de fevereiro, aí nesse ano eu peço para me desligar da sala verde para ver outras questões profissionais, eu ia para fora do estado, então eu peço para me desligar com muita dor no coração, aí só desligada efetivamente em julho de 2014 e retomo com força a minha ligação com a Sala Verde, não mais como facilitadora, quando eu venho para a Universidade já como professora, concursada, então eu penso que a sala verde é um espaço de muito potencial, um espaço muito rico de produção do conhecimento, é um espaço muito acolhedor. (Facilitadora 2)

Em 2015, a facilitadora² assume o cargo de professora assistente da UFRRJ, lotada no Departamento de Teoria e Planejamento do Ensino/Instituto de Educação, encarregando-se pelas disciplinas “Ensino de Ciências Agrícolas I” e “Ensino de Ciências Agrícolas II”, e reinicia o estabelecimento da articulação entre a CISA/GEPEAS e os discentes do Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas. E deste novo panorama, observa que:

Toda facilitadora da sala verde ela tem uma liberdade tão grande de dar o tom da atuação do projeto, e eu entendo perfeitamente, e talvez você sinta isso, que as vezes a gente se sente um pouco solitário[...] de repente[pensamos]: “eu preciso de mais coordenação” – “eu preciso de mais orientação” – “o que que eu faço?”, e não! [...] Você é profissional, você está lidando ali com coisas que são demandas próprias de cada tempo que a gente passa. Então hoje a gente percebe que tem uma redução enorme, drástica, brutal aí, não só de recursos mas no número de bolsistas, por exemplo, e que isso afeta diretamente a capacidade de trabalho, mas não afeta a qualidade do que é feito. Muito pelo contrário, então a gente precisa buscar outras formas de ter um alcance maior, a gente sabe que quanto mais bolsistas, maior o alcance, mas por outro lado com menos gente a gente tem um aprofundamento das coisas, um enraizamento maior, uma necessidade de adensamento maior, para poder fazer as coisas com cautela, cuidado, não que com mais não tenha cautela nem cuidado, mas é um outro nível, uma outra dimensão, então eu penso assim, que é sempre um grande desafio. As vezes a gente entra meio que numa zona de conforto, mas a gente sempre é chamado a sair dela para repensar novas coisas, aparecem muitas pessoas para procurar parcerias em outras atividades, aí a gente vai sempre avaliando se aquilo está de acordo com as nossas concepções teórico-metodológicas, e enfim, eu penso que esse espaço seja um espaço mais uma vez de muita riqueza, de trabalho, de atuação e de reflexão mesmo de EA. (Facilitadora 2)

Ainda no mesmo ano, já com a terceira facilitadora atuando no local, a CISA lançou um edital para a seleção de novos bolsistas, dispondo de 4 vagas para atuar em Projetos de Educação Ambiental em Escola ou em espaços da Agroecologia e Agricultura Orgânica e mais duas vagas para atuar no Projeto de Educação Ambiental e Proteção Animal. Na ocasião, 29 discentes dos mais diversos cursos de graduação se candidataram às vagas, gerando uma lista de espera que era acionada conforme a rotatividade dos bolsistas nos projetos. Neste processo, passaram pela CISA estudantes de Licenciatura em Ciências Agrícolas, Licenciatura em Educação do Campo (LEC), Medicina Veterinária, Engenharia Agrônoma, Engenharia Química, Engenharia Florestal, entre outros. Essa diversidade de cursos envolvidos proporcionou um diálogo de diferentes visões que convergiam na Educação Ambiental, e a partir dela, diferentes frentes de projetos foram abertas, tais como: a educação ambiental, com o Projeto Jornal do Estudante; Agroecologia e Soberania Alimentar, com o desenvolvimento de atividades na horta escolar e na agrofloresta, inserindo também as propostas das plantas alimentícias não convencionais (PANC) e da Farmácia Viva; Tecnologias Verdes, como Hidroponia de bases orgânicas e Telhados Verdes; Contação de histórias, com o Projeto Pé de Livro; Bem-estar e Proteção Animal; Gestão de Resíduos Sólidos, gerando um relatório de estágio supervisionado intitulado “Estudo para Implantação do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos no CAIC; entre outros.

A participação de estudantes do CTUR nas atividades da Sala Verde CISA enquanto estagiários teve início ainda em 2015, a partir da demanda de um grupo de estudantes do Curso Técnico em Meio Ambiente em realizar o estágio supervisionado no local. Desde então, a CISA vem recebendo grupos de estudantes todos os períodos para o cumprimento da

carga exigida para a obtenção do diploma do curso. O período para o cumprimento da carga horária total é determinado de acordo com a disponibilidade semanal de cada estudante, desta forma, há grupos que concluem em semanas e outros levam alguns meses.

No que se refere às atividades desenvolvidas, a Sala Verde CISA buscou promover experiências relativas à atuação profissional do técnico, bem como práticas pautadas na agroecologia e na educação ambiental crítica e emancipatória, afim de contribuir para a inserção de tais perspectivas na formação desses futuros profissionais. Durante o estágio, os estudantes participam de todas as etapas dos processos pedagógicos (planejamento, preparação de materiais, desenvolvimento da atividade e avaliação) desenvolvidos pelos projetos de educação ambiental com crianças da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, atuam na manutenção e reelaboração de espaços externos do CAIC Paulo Dacorso Filho (horta pedagógica, horta mandala, agrofloresta, farmácia viva, composteira, minhocário e jardim). A equipe da CISA (re)avalia e reestrutura sua proposta pedagógica de acordo com o perfil de cada grupo que se insere, considerando sua realidade, habilidades e afinidades, conhecimentos técnicos e empíricos, e domínio de conteúdos relativos ao curso. A partir desse diagnóstico inicial, organiza então as atividades a serem desenvolvidas, incluindo a problematização de temas geradores locais e globais, oficinas, palestras, vídeo-debates e visitas técnicas. A premissa de educar para a sustentabilidade é a abertura ao diálogo e elaboração de estratégias pedagógicas que criem envolvimento, participação, motivação e aprendizado significativo, não se constituindo, portanto, em simples atividades de transferência de conhecimento. Segundo Gadotti (1994):

[...]a aprendizagem significativa verifica-se quando o estudante percebe que o material a estudar se relaciona com os seus próprios objetivos. [...] É por meio de atos que se adquire aprendizagem mais significativa. A aprendizagem é facilitada quando o aluno participa responsabilmente do seu processo. A aprendizagem autoiniciada que envolve toda a pessoa do aprendiz – seus sentimentos tanto quanto sua inteligência – é a mais durável e permanente. (GADOTTI, 1994)

Nesse sentido, a CISA se mostra como um espaço formativo em constante construção, que tem nas questões socioambientais seu eixo norteador e como um de seus objetivos o enraizamento da Educação Ambiental no território. No período de 2016 e 2017 a CISA recebeu também estudantes de Pós-Graduação para o desenvolvimento de estágios e pesquisas de mestrado. Em 2018, há um direcionamento dos estudantes dos cursos de LICA e LEC para o local, tanto para o desenvolvimento de reuniões com os professores das disciplinas, quanto para o desenvolvimento de aulas práticas, e também do estágio supervisionado.

A ampliação do grupo que interage no espaço enriquece os debates propostos e promove um permanente processo de construção-desconstrução-reconstrução de conceitos, práticas e valores fundamentais ao trabalho em EA. Considerando a CISA em seu aspecto de espaço formador, a interação com instituições educacionais formais possibilita a formação de educandos capazes de ler e interpretar a realidade socioambiental de maneira profunda, construindo em si a certeza de ser um agente ativo na construção de uma sociedade mais justa socioambientalmente, através das tomadas de decisões individuais e coletivas realizadas a partir do diálogo com e no meio ambiente. Este processo é realidade não só na sua relação com a Educação Fundamental, mas também com a formação de professores e outros profissionais dos níveis Médio e Superior. (MOREIRA et. al. 2012).

3 PERCURSO METODOLÓGICO

3.1 Caracterização do Local e Sujeitos da Pesquisa

A pesquisa foi realizada no âmbito da Sala Verde Centro de Integração Socioambiental, que é um projeto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro conveniado com o Ministério do Meio Ambiente. Foram selecionados dois grupos de sujeitos para compor a pesquisa, o primeiro grupo foi constituído pelas facilitadoras locais que atuaram na Sala Verde CISA desde sua implantação e o segundo reuniu os estudantes do Curso Técnico em Meio Ambiente do CTUR (modalidade integrada e/ou concomitância externa) que realizaram o estágio supervisionado na Sala Verde CISA. A matriz curricular do curso atualmente determina o cumprimento de 100 horas de estágio para a obtenção do diploma.

3.2 Procedimentos e Instrumentos de Coleta de Dados

A investigação metodológica desta pesquisa alicerça-se essencialmente no eixo da abordagem qualitativa, pois como afirma Godoy, a melhor maneira para se captar a realidade é aquela que possibilita ao pesquisador “colocar-se no papel do outro” (GODOY, 1995). O tipo de pesquisa participante (BRANDÃO, 1999) nos permite uma investigação de cunho social, onde a própria comunidade a ser pesquisada reflete sobre a sua realidade, constituindo-se numa pesquisa voltada a ação e reflexão acerca dos conhecimentos construídos por um grupo de sujeitos, neste caso, balizados pela Educação Ambiental Crítica.

Todas as modalidades de pesquisa exigem uma revisão bibliográfica; uma busca de conhecimentos sobre os fenômenos investigados na bibliografia especializada. Na pesquisa bibliográfica vamos buscar, nos autores e obras selecionados, os dados para a produção do conhecimento pretendido (TOZONI-REIS, 2010).

Dentro do escopo da metodologia qualitativa, a pesquisa recorreu a procedimentos metodológicos particulares para atender a cada objetivo específico estipulado. A primeira etapa metodológica consistiu na realização de uma análise documental do currículo e diretrizes vigentes ao Curso Técnico em Meio Ambiente do CTUR.

No decorrer do projeto foi realizada a segunda etapa metodológica que consistiu no acompanhamento das atividades desenvolvidas no âmbito da Sala Verde CISA relativas ao cumprimento do estágio curricular obrigatório pelos estudantes, adotando-se a observação participante das práticas pedagógicas promovidas na Sala Verde CISA para identificar se haverá correlações entre a percepção socioambiental e essa prática pedagógica. Desta forma, foi possível analisar, com aporte de autores que discutem sobre a Educação Ambiental Crítica e emancipatória, já citados, se houve a mudança de percepção em algum sentido e se essa mudança ocorreu a partir da vivência de experiências na Sala Verde CISA ou no meio externo. Para Morin (1997), o conhecimento é pertinente quando se é capaz de dar significado ao seu contexto global, ver o conjunto *complexus*. Nesse sentido, a observação participante permite que o pesquisador se integre à realidade de seu objeto/sujeito de estudo, sendo o meio mais direto de se estudar uma ampla variedade de fenômenos, especialmente de aspectos do comportamento humano.

Na etapa metodológica seguinte, foram utilizados como instrumento de coleta de dados: para avaliar a percepção ambiental dos estudantes - entrevista semiestruturada aplicadas às facilitadoras que atuaram na CISA para reconstrução de sua trajetória histórica; e

questionários mistos, com perguntas abertas e fechadas, para analisar a avaliação dos estudantes em relação ao estágio supervisionado no âmbito da CISA.

Para a realização do trabalho de campo foram utilizados os seguintes instrumentos:

-TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), documento que foi enviado e assinado pelos participantes da pesquisa, o mesmo trata da autorização para participação, descrevendo os objetivos e possíveis riscos aos participantes (anexo 2). Caso o estudante fosse menor de 18 anos, foi enviado um TCLE também para seus responsáveis. (anexo 1);

-Termo de Anuência, o mesmo se refere à autorização/ concordância dada por escrito pelas instituições participantes à pesquisadora (anexo 3).

3.3 Metodologia de Análise e Interpretação de Dados

A metodologia de análise de dados empregada nesta pesquisa teve como base um exercício proposto por Bardin (1994) de análise temática, que de acordo com Trivinos (1987), é descrita em três etapas, sendo essas:

A pré-análise: a organização de todos os materiais que serão utilizados para a coleta dos dados, assim como também outros materiais que podem ajudar a entender melhor o fenômeno e fixar o que o autor define como corpus da investigação, que seria a especificação do campo em que o pesquisador deve centrar a atenção.

A descrição analítica: nesta etapa o material reunido, que constitui o corpus da pesquisa, é mais bem aprofundado, sendo orientado em princípio pelas hipóteses e pelo referencial teórico, surgindo desta análise quadros de referências, buscando sínteses coincidentes e divergentes de idéias.

Interpretação referencial: é a fase de análise propriamente dita. A reflexão, a intuição, com embasamento em materiais empíricos, estabelecem relações com a realidade aprofundando as conexões das idéias, chegando se possível à proposta básica de transformações nos limites das estruturas específicas e gerais.

De acordo com Trivinos (1987) deve ocorrer interação dos materiais, não devendo o pesquisador restringir sua análise ao conteúdo manifesto dos documentos. Deve-se ainda, tentar aprofundar a análise e desvendar o conteúdo latente, revelando ideologias e tendências das características dos fenômenos sociais que se analisam, ao contrário do conteúdo manifesto que é dinâmico, estrutural e histórico.

4 AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO REALIZADO NO ÂMBITO DA SALA VERDE CISA

4.1 Análise dos Questionários Aplicados aos Estudantes

Com o objetivo de compreender a visão dos estudantes do Curso Técnico em Meio Ambiente do CTUR em relação ao estágio supervisionado realizado no âmbito da Sala Verde CISA, foram convidados a participar da pesquisa os 35 estagiários que completaram sua carga horária total de estágio no período constituído entre os meses de junho de 2015 e agosto de 2018. Foram aplicados questionários mistos, com 17 perguntas abertas e fechadas. O questionário foi elaborado na plataforma de formulários do google e disponibilizado on-line para facilitar o acesso dos sujeitos da pesquisa, entretanto, ainda assim, somente 57% público foi alcançado, somando o total de 20 questionários respondidos e devolvidos, que possibilitaram as análises apresentadas no decorrer deste tópico.

Todos os estudantes envolvidos na pesquisa se integram ao Curso Técnico em Meio Ambiente do CTUR, na modalidade de concomitância externa ao ensino médio. Analisando os registros dos contratos de estágio no local, observamos que a incidência de estagiários dessa modalidade representa, de fato, quase que a totalidade das inscrições, destacando apenas dois registros de estudantes matriculados na modalidade integrada ao longo de todo o período de articulação CISA-CTUR. Uma hipótese para esse alcance mais direcionado seria o envolvimento dos estudantes da modalidade integrada nos projetos internos do CTUR, visto que devido a uma rotina mais intensa no Colégio, estabelecem vínculos mais efetivos com os professores regentes. Por outro lado, os estudantes que integram a modalidade de concomitância externa, em muitos casos, estudam em outras instituições (ensino médio ou graduação) ou dedicam algum tempo para atividades de geração de renda, desta forma, não permanecem no CTUR por tempo suficiente para o estabelecimento desses vínculos, logo, tendem a buscar o estágio supervisionado em outras instituições.

Em relação ao gênero, 80% das respostas indicam representantes do gênero feminino como mostra o gráfico abaixo.

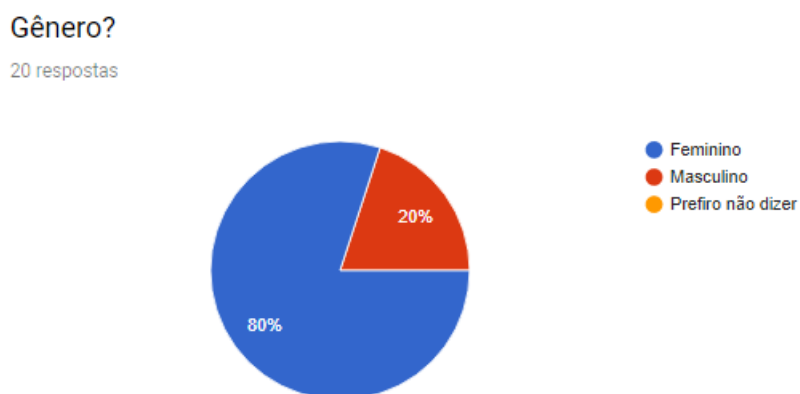


Figura 1: Relação de gênero dos participantes

Fonte: Dados da pesquisa

A questão revela um perfil contrastante ao perfil do técnico apresentado pelo estudo desenvolvido em 2015 no CTUR, que revela a representação do público feminino em apenas

37,5% do total de estudantes matriculados no Curso Técnico em Meio Ambiente. (Plano do curso Técnico em Meio Ambiente, 2015). Com isso, observamos que o enfoque na Educação Ambiental tem se mostrado significativamente mais atrativo para público feminino do que do masculino, diante das proporções apresentadas.

A faixa etária dos entrevistados apresentou uma variação ente 14 e 20 anos no momento da realização do estágio na CISA, sendo observada grande incidência de estudantes de idade entre 16 e 18 anos, somando uma parcela de 70% do total, como mostra o gráfico abaixo:

Qual a sua idade durante a realização do estágio?

20 respostas

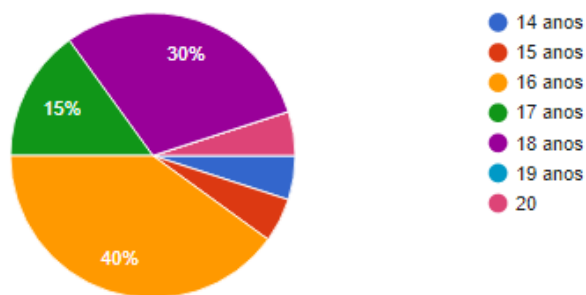


Figura 2: Idade dos estudantes durante o estágio

Fonte: Dados da pesquisa

Imaginava-se que um dos motivos para a frequente busca por estágio na Sala Verde CISA se baseava na proximidade do local com as residências dos estudantes, entretanto, a pesquisa revela que 60% dos estagiários entrevistados não reside no município de Seropédica, dados que refutam a hipótese inicial.

Onde reside?

20 respostas

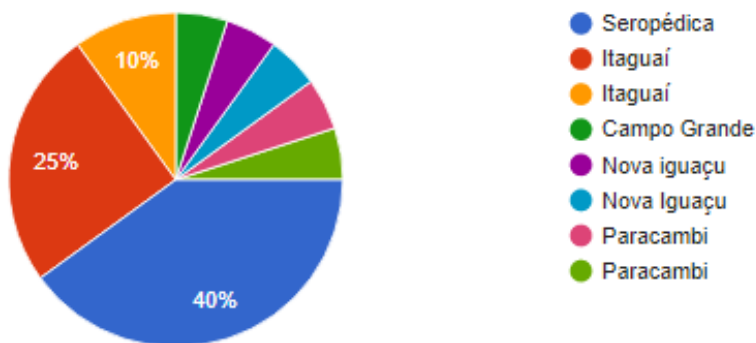


Figura 3: Local de residência dos participantes

Fonte: Dados da pesquisa

No ano de 2016 ocorreu uma reestruturação na matriz curricular do curso, onde a carga horária total exigida para o cumprimento do estágio supervisionado passou de 80 para 100 horas, e o gráfico abaixo mostra que 75% dos estagiários cumpriram a carga horária definida pela nova resolução. O gráfico apresenta um dado discrepante, visto que o limite máximo de horas permitido é de 100 horas, invalidando a resposta que indica carga horária superior.

Qual foi a carga horária total cumprida?

20 respostas

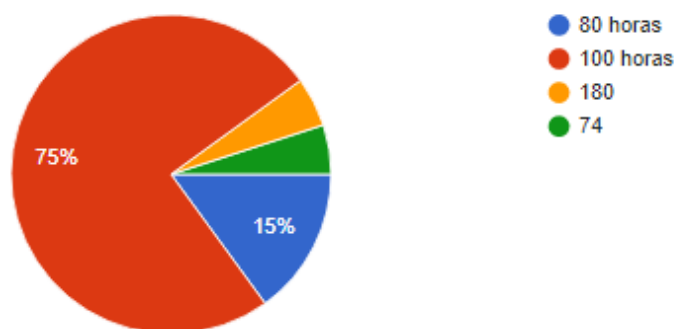


Figura 4: Carga horária total cumprida pelos estudantes na CISA

Fonte: Dados da pesquisa

A grande maioria (85%) dos entrevistados avalia, via questionário, a carga horária total empregada para o desenvolvimento do estágio supervisionado como satisfatória, entretanto, é necessário salientar que devido a modalidade de concomitância externa ensino médio apresentar a mesma carga horária de curso, só que concentrada em 2 anos - enquanto a modalidade integrada distribui as disciplinas em 3 anos – a disponibilidade de horários dos estudantes, especialmente aqueles que cursam o ensino médio em outras instituições, fica muito restrita. Nesse sentido, podemos avaliar que a resposta se deve muito mais às possibilidades de cumprimento da exigência, do que da avaliação real da quantidade ideal de horas necessárias à formação. Todavia, suas narrativas durante o período de convívio na CISA evidenciam o anseio por mais atividades práticas, visto que o curso é compreendido quase que exclusivamente por disciplinas teóricas e os estudantes percebem esta deficiência na articulação teoria-prática como uma lacuna em sua formação profissional. Uma das possibilidades apontadas informalmente seria o aumento das horas de estágio supervisionado para possibilitar o diálogo do estudante com a prática em diversas áreas pertinentes à sua formação, entretanto, diante do exposto, não há viabilidade para o cumprimento de uma carga horária mais elevada devido à concentração do curso no período de dois anos.

Como avalia a carga horária exigida?

20 respostas

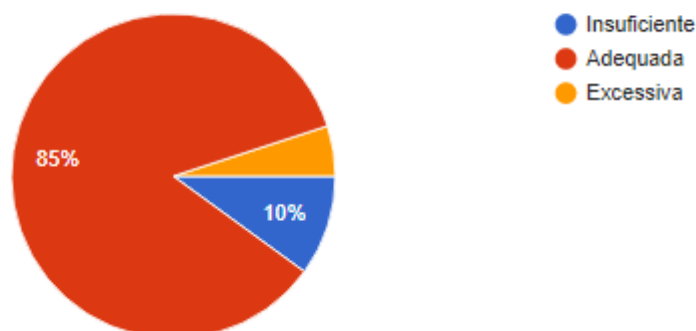


Figura 5: Avaliação dos estagiários quanto à carga horária de estágio exigida

Fonte: Dados da pesquisa

Quando questionados sobre os motivos da opção pelo ingresso nesta área técnica, as respostas se pautaram no interesse pela área, como: *“para acrescentar no meu currículo e pela paixão por natureza”*. Algumas falas expõem também o interesse na inserção no mercado de trabalho, visto que: *“a área ambiental é interessante e bem remunerada pelas empresas”*, assim como: *“interesse na área e ao mercado de trabalho”* e: *“agregar no meu currículo caso eu [ingresse] na carreira profissional”*. Outras apontam a intensão em aprofundar a formação na área em uma dimensão acadêmica, revelando que escolheram o curso, pois o mesmo: *“se encaixa perfeitamente com a faculdade que pretendo fazer”*. Mas no geral, os estudantes revelam a preocupação em relação a natureza entendendo que: *“trabalhando nessa área, sinto que posso contribuir de forma mais ativa na preservação do nosso meio ambiente”* e que: *“é uma área onde se precisa ter mais profissionais atuando”*.

Quanto às expectativas após a conclusão do curso, muitos entrevistados têm pretensão de: *“ir mais a frente na área estudada”* e; *“fazer faculdade na mesma área”*, já outros esperam: *“[...]no ano seguinte conseguir um emprego na área”*. Entretanto, dentre os que já concluíram o curso, nenhum afirma estar trabalhando na área de formação profissional. No relato de um entrevistado, o mesmo afirma que até buscou emprego na área, entretanto não obteve êxito, pois segundo ele: *“toda empresa que tentei pedir experiência profissional”*, que um recém-formado não possui ainda. Muitos afirmam que seguiram com os estudos para aprofundar a formação na área, seja em cursos profissionais de pós-médio, como: *“[...]estou fazendo agrimensura, pra adquirir mais formação para trabalhar na área da construção civil”*. Seja em cursos de graduação como relatam: *“Estou cursando Engenharia Forestal na UFRRJ”*, e: *“atualmente estou cursando engenharia ambiental e procurando um estágio nessa área”*. Há ainda os que apresentem expectativas para além da formação profissional, expressando que: *“Minha maior expectativa é fazer algo para tentar mudar a situação que estamos vivendo no mundo de hoje, poucos se interessam pelo meio ambiente e devemos expor com todas as nossas forças como isso é de enorme importância”*.

Dentre as motivações em buscar estágio na Sala Verde CISA foram destacadas pelos entrevistados a aproximação com a prática e também o enfoque na Educação Ambiental. Alguns relatam também o interesse em desenvolver práticas educativas, como: *“Poder ter a experiência de lidar com as crianças, ensinando a elas um pouco de educação ambiental”*.

Quanto aos aspectos positivos do estágio na CISA, o entrevistados enfatizaram a aprendizagem desenvolvida a partir de diferentes abordagens, como: “*participar da organização de eventos e cuidar da horta*”, também relatam que: “*aprendi muito sobre educação ambiental, gostei muito dos documentários que assistimos*”, entenderam que existem “*várias maneiras de implantar a educação ambiental*”, e destacaram a importância de “*integrar o aprendizado com a relação com os alunos do CAIC*”. Foram tecidos alguns elogios referentes a atuação da equipe da CISA, caracterizada como: “[...]bem comunicativa e acolhedora”.

Referente aos aspectos negativos da realização do estágio supervisionado na CISA, a maioria dos entrevistados diz não ter observado “*nenhum*”. Todavia, alguns apontaram a: “*falta de distribuição adequada na hora da realização das tarefas*”, que pode ser compreendida pela variação dos horários disponibilizados pelos estagiários, acaba gerando um diferente direcionamento dos estagiários dentre as atividades propostas ao longo da semana. Outros sugerem que: “*deveria ter mais informações para os estágios em relação a horta e os impactos da educação ambiental*”. E justificam que: “*Não aprendi o suficiente. Acho que lá não tinha os recursos necessários para colocar em prática tudo que aprendi em sala de aula*”.

Pontuando as atividades/propostas/funções que os estagiários mais gostaram de participar durante o estágio na CISA, o grande destaque foi para as atividades educativas, especialmente as realizadas no CAIC, como: “*educação ambiental, fazer atividades voltadas as questões ambientais com as crianças*”, realizadas a partir do Projeto Espaço com Cheiro de Verde. “*As visitas da semana no meio ambiente*”, integradas ao do Projeto Mês do Meio Ambiente na Escola, que no ano de 2018 apresentou a proposta de desenvolver ações de educação ambiental com todas as turmas do CAIC em espaços não-formais, como Jardins Botânicos, Zoológicos, Unidades de Conservação, entre outros. “*Árvore dos sonhos. Foi uma experiência muito boa, tanto no CAIC quanto no CETECON*”, a proposta de construir coletivamente uma “*árvore dos sonhos*” - metodologia baseada em uma das etapas das Oficinas de Futuro descritas pela Eco-92 - foi realizada no Dia Mundial do Meio Ambiente, 05 de junho de 2017, tanto no CAIC quanto CETECON, escola localizada no município de Itaguaí, que convidou a equipe da CISA para participar do evento. “*Gostei do projeto no Colégio Dutra e também com as crianças (árvore dos sonhos)*”, o projeto mencionado intitula-se Educação Ambiental e Proteção Animal, orientado pela Prof.^a Lia Maria Teixeira de Oliveira e apoiado pela CISA, foi realizado durante os anos de 2016 e 2017, desenvolvendo a proposta de discutir a temática com os estudantes do primeiro ano do Curso Normal (formação de professores em nível médio) do Colégio Estadual Presidente Dutra. “*A visita técnica para a FIOCRUZ e o projeto Tempo Escola 2*”, essa visita foi realizada durante o mês do meio ambiente na escola, e o Tempo Escola 2 faz parte do Projeto Formação Agroecológica para Jovens Cidadãos do Rio de Janeiro que utilizou a Sala Verde CISA como secretaria durante o TE2 em junho/julho de 2018 e contou com a colaboração de alguns estagiários do CTUR em suas atividades.

Já dentre as atividades/propostas/funções que os estagiários menos gostaram de realizar, a maioria relatou que não teve “*nenhuma*”, afirmando que “*todas atividades foram um bom aprendizado*” e “*de grande importância para a [...] qualificação como técnica*”. Todavia, alguns apontaram atividades como “*capinar*” e “*limpar canteiros*” da horta escolar, assim como “*cadastrar livros*” da biblioteca da CISA.

Quando perguntados se já tiveram contato com a Educação Ambiental antes da experiência na CISA, somente 10% das respostas afirmam não ter tido nenhum contato antes do envolvimento com a CISA. Já os demais confirmam algum contato, mas muitos afirmam que esse primeiro contato foi a partir do curso no CTUR, como: “[...]na disciplina Educação, Ambiente e Sociedade ministrada no curso Técnico em Meio Ambiente”, e o aprofundamento

ocorreu na CISA, como afirmam: “[...]só fui ter contato com o tema quando passei para o curso de Meio Ambiente e no CAIC, quando fui fazer estágio na Sala Verde”; “[...]porém, foi no CAIC que eu mais me deparei com o tema”

O gráfico abaixo mostra que a grande maioria dos estagiários apresenta um grau de interesse de elevado a muito elevado pelo tema. Motivo pelo qual, sugerem a busca por aprofundamentos na Sala Verde CISA.

Qual é o seu grau de interesse pelo tema?

20 respostas

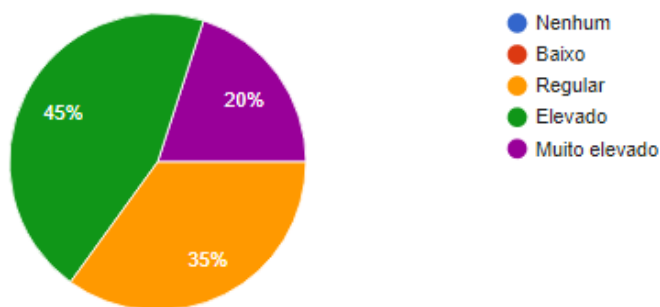


Figura 6: Grau de interesse do estagiário pelo tema

Fonte: Dados da pesquisa

No que se refere a importância da educação ambiental para a formação do Técnico em Meio Ambiente, é unânime a avaliação positiva, muito embora certas justificativas sejam orientadas por uma visão conservacionista e conteudista, tais como: “*Sim, porque reforça a importância de se preservar o meio ambiente e seus recursos*”; “*Sim, porque a educação ambiental é uma matéria de muita importância já que vivemos no ambiente e precisamos saber como preservá-lo*”; e ainda: “*Sim. Todo técnico em meio ambiente deve ter uma boa base nesse assunto*”; “*Sim, pois para atuar na área devemos entender este conteúdo*”. Todavia, alguns entrevistados apresentam uma análise que perpassa a visão do saber puramente técnico e utilitarista, empregando à Educação Ambiental uma importância para a construção de valores para a vida, como expressam as colocações: “*Considero sim. Porque você consegue criar uma consciência mais sustentável e consegue passar isso adiante.*”, “*Sim, porque ensina-nos a saber ser perante ao meio ambiente*”, e “*Sim, porque [a partir dela] temos um olhar mais amplo*”. E avaliando sua importância, questionam também a deficiência na abordagem prática da Educação Ambiental no ensino formal, relatando que: “*Sim, foi muito importante ter uma base logo que cheguei no curso. Eu não tinha noção de como isso faz falta nas escolas*”.

No último item do questionário foi destinado um espaço livre para que os entrevistados encaminhassem suas críticas e sugestões, em relação ao estágio supervisionado, para a Sala Verde CISA. 70% dos jovens deixaram seus recados, dentre os quais sugeriram:

- “*Criar mais atividades*”
- “*Mais funções práticas para os estagiários*”
- “*Mais dinamismo, e reconhecimento*”
- “*Não tenho críticas. Sugiro que sejam feitos projetos para a inclusão do restante dos alunos da escola, por meio de gincanas, palestras e até mini cursos na horta, fazendo com que eles tenham mais contato ambiental, seria*

ótimo e não iria atrapalhar as aulas junto ao infantil, já que muitos dos manejos da horta [são difíceis de serem feitos por eles]. E foi um prazer imensurável ter feito parte da sala verde.”

Já outros avaliam que:

- *“O trabalho desenvolvido na Sala Verde é de extrema importância não só para os alunos, mas também para os estagiários. É uma experiência da qual sou muito grata por ter vivido”*
- *“O trabalho é muito bom, educação ambiental para as escolas, deveria ter mais eventos levando esse projeto para outras escolas.”*
- *“Foi de grande importância para a minha qualificação como técnica, aprendi muitas coisas”*
- *“Foi interessante o período de estágio na sala verde para aprimorar e para agregar os conhecimentos”*
- *“Acredito que a sala verde está evoluindo cada vez mais, em todos aspectos e propostas abordadas.”*

E alguns se puseram a deixar mensagem de apoio e agradecimento:

- *“Continuem da mesma forma”*
- *“Muito bom, continuem como é que está num ritmo muito bom”*
- *“Continuem do jeito que são, vocês são magníficos”*
- *“Quero parabenizar a todos da sala verde, o trabalho é ótimo.”*
- *“Estou com muitas saudades do meu estágio na sala verde e só sei agradecer e dar os parabéns para todos os envolvidos que fazem da sala verde um ótimo projeto e que precisa seguir em frente!”*

5 DIÁLOGOS E REFLEXÕES

O Meio Ambiente vem ganhando destaque como uma das grandes preocupações mundiais nas últimas décadas, gerando uma notável reestruturação em diversos setores da sociedade. A preocupação brasileira pela exploração de novos mercados soma-se à necessidade de melhorar a imagem do país em relação à preservação da biodiversidade e gestão sustentável dos recursos naturais. Constatam-se também, uma crescente onda de consumidores interessados na aquisição de produtos de empresas que assumam sua responsabilidade ambiental. Diante deste quadro, elevou-se a demanda por profissionais qualificados para atuarem na área ambiental, especialmente no setor empresarial, tensionando a criação de cursos para formação de profissionais que atendessem a esse mercado. Partindo dessa premissa, o Curso Técnico em Meio Ambiente tem a sua criação fortemente embasada pela pedagogia tecnicista, cujo foco principal desta tendência pedagógica é “produzir” sujeitos capazes e eficientes para o desempenho de funções no mercado de trabalho. Ao valorizar as informações científicas, presentes nos manuais técnicos e de instrução, incumbe à escola de divulgar o modelo de produção capitalista, de forma a que o aluno internalize e seja bem treinado para inserir-se profissionalmente no sistema econômico vigente (AZEVEDO, et al. 2013).

A tendência tecnicista acaba por enfrentar outra questão: a fragmentação dos conteúdos. Essa fragmentação do saber, representada pelas especializações do conhecimento, aprofundou a compreensão das partes em detrimento do conjunto. Contudo, o ambiente é uma unidade que precisa ser compreendida inteira, de forma holística e é através de um conhecimento interdisciplinar que podemos assimilar plenamente o equilíbrio dinâmico do ambiente (GUIMARÃES, 1995). Nesse sentido a Educação deve “estimular o uso total da inteligência geral” (MORIN, 2006, p. 39). E corroborando com Rodrigues:

Deve-se enfrentar o desafio a que nos submetem as especializações, essas fragmentações do saber que enfraquecem a percepção do global e, sendo abstrações, fatiam a ideia de sistema e a de multidimensão, acabando por matematizar o conhecimento. Descortinar, portanto, a falsa racionalidade ou a pseudoracionalidade é fundamental para esta Educação crítica, a fim de que, conjugando as partes no todo e o todo nas partes, possamos tornar possíveis outras racionalidades. (RODRIGUES, 2010, p86)

O educador ambiental crítico sustenta a idéia de que a educação é construção, longe do bancarismo, e pensando o novo, entende que as intervenções devem buscar a transformação da realidade:

Portanto, entendo que a formação de um educador ambiental seja diferente. Não é somente dar instrumental técnico-metodológico, como parece ser a tendência nas propostas de formação de multiplicadores em educação ambiental, mas propiciar uma formação político-filosófica (além de técnico-metodológica), para transformá-lo em uma liderança apta, pela ruptura da armadilha paradigmática, a contribuir na construção de ambientes educativos, em que ele se apresente como um dinamizador de um movimento conjunto, capaz de criar resistências, potencializar brechas e construir, na regeneração, a utopia como o inédito viável da sustentabilidade. (GUIMARÃES, 2004, p. 141)

Ressaltamos que a dimensão ambiental deve estar contemplada na formação em todos os níveis de ensino, como previsto nos marcos legais da EA brasileira. Nesse sentido, compreendemos que a realização do estágio supervisionado sob a temática da Educação Ambiental pode ser construído em todas as áreas de formação profissional, visto que além do conhecimento dos conceitos gerais na organização escolar e planejamento pedagógico, a EA promove a interdisciplinaridade entre a construção do conhecimento associada às ações teóricas e práticas para o processo gradativo na formação do ser crítico e transformador podendo também atuar no processo construtivo da emancipação e protagonista na formulação e conclusão de seus destinos tanto na vida pessoal quanto na área profissional transformando multiplicadores ambientais em lideranças social e ecologicamente orientadas (MAGALHÃES et al., 2013).

Nessa perspectiva, o estudante do Curso Técnico em Meio Ambiente que se integra a um espaço formador como a CISA, por meio do estágio supervisionado, se depara com a criação de uma nova dimensão nesse processo (auto)formativo. Entendemos como fundamental a realização do estágio supervisionado não como mero cumprimento curricular para atuação profissional, mas como possibilidade integradora da formação, que na CISA se estabelece a partir de uma parceria entre Universidade-Educação Profissional-Educação Básica-Sociedade. Para Freire:

[...] não há palavra verdadeira que não seja práxis, transformar o mundo. Dessa forma, esgota a palavra de sua dimensão de ação e sacrificada, automaticamente, a reflexão também se transforma em palavreria, em verbalismo alienado e alienante ; é uma palavra oca, da qual não se pode esperar denúncia do mundo, pois que não há denúncia verdadeira sem compromisso de transformação, nem esse sem ação. Se, pelo contrário, se enfatiza ou se exclusiviza a ação, com o sacrifício da reflexão, a palavra se converte em ativismo; este que é a ação pela ação, ao minimizar a reflexão, nega também a práxis verdadeira e impossibilita o diálogo (FREIRE, 1992, p.137).

Compreendendo o ser humano como um ser histórico, sua história não pode ser negada ou desconsiderada no momento da aprendizagem. Deste modo, o processo de se manter em constante avaliação e reinvenção de suas próprias práticas, buscando proporcionar o direcionamento mais adequado para cada jovem que se insere na CISA, visa contemplar de maneira mais efetivas às expectativas quanto ao estágio supervisionado com enfoque na Educação Ambiental.

Construímos o mundo a partir de laços afetivos. Esses laços tornam as pessoas e as situações preciosas, portadoras de valor. Preocupamo-nos com elas. Tomamos tempo para dedicar-nos a elas. Sentimos responsabilidade pelo laço que cresceu entre nós e os outros. A categoria cuidado recolhe todo esse modo de ser. Mostra como funcionamos enquanto seres humanos. Daí se evidencia que o dado originário não é o logos, a razão e as estruturas de compreensão, mas o pathos, o sentimento, a capacidade de simpatia e empatia, a dedicação, o cuidado e a comunhão com o diferente (BOFF, 1999, p.99).

Embora o envolvimento participativo e o diálogo sejam os eixos norteadores das relações na CISA, buscando compreender as expectativas e propor direcionamentos, consideramos que o período de interação com estudantes do CTUR é insuficiente para sugerir uma formação completa, com o aprofundamento e complexidade necessários. Entretanto, as falas dos entrevistados demonstram contribuições no sentido de iniciar o despertar para novas ações, e principalmente, na busca por dar continuidade na formação em outros níveis.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o 'como' de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato. (FREIRE, 1982, p.89).

Pensando a educação em Paulo Freire, entendemos a necessidade de tecer reflexões acerca do ensino profissionalizante no Brasil, historicamente marcado por um viés mercadológico e destinado ao atendimento de demandas, sobretudo, do setor industrial. Ao longo do século XX, essa modalidade de ensino foi estruturada e operacionalizada visando incorporar as classes sociais mais pobres ao processo produtivo. O ensino propedêutico, por sua vez, foi direcionado para as classes sociais mais abastadas.

Nesse sentido, a Educação Ambiental pautada na perspectiva crítica se mostra como uma possibilidade orientada para a ruptura da manutenção dessas estruturas sociais e econômicas dominantes, que impedem a própria transformação. E sem a pretensão de prescrever receitas ou conclusões prontas e acabadas, debruçamo-nos nesta pesquisa refletir sobre o papel da Sala Verde Centro de Integração Socioambiental, em parceria com o Grupo de Estudos em Educação Ambiental, Diversidade e Sustentabilidade, no processo de mediação, a partir da Educação Ambiental, para formação de sujeitos mais críticos, neste estudo, do Técnico em Meio Ambiente do CTUR.

Desta forma, a investigação desta proposta possibilitou conhecer mais profundamente o processo de consolidação da CISA enquanto espaço formador, bem como, a percepção dos estudantes do Curso Técnico em Meio Ambiente do CTUR acerca do estágio supervisionado. De acordo com os objetivos propostos, observamos que:

- O Projeto Político-Pedagógico(PPP) do CTUR, articulado com o Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI), está fundamentado na busca da formação crítico-cidadã, orientada para a transformação e inclusão social, e na sensibilidade e no compromisso com o meio ambiente;
- O Plano do Curso Técnico em Meio Ambiente visa atender ao PPI e PPP do CTUR, e busca a formação de profissionais sintonizados com as questões ambientais que possam, por força de sua atuação, modificar a realidade existente, estimulando uma consciência coletiva que tenha como base o uso racional dos recursos naturais e o tratamento adequado dos dejetos produzidos pelas diversas atividades humanas;
- Em relação a Educação Ambiental, identificamos a presença explícita da temática inserida em três disciplinas. Em uma delas, “Educação, Ambiente e Sociedade”, está pautada na Educação Ambiental crítica, que apresenta centralidade em sua proposta. Na ementa das demais disciplinas verificou-se a possibilidade de transversalidade da temática;
- Os estudantes que realizaram o estágio supervisionado na CISA avaliam a experiência como positiva, sobretudo, pela articulação entre teoria e prática;
- Quanto à Educação Ambiental, os estudantes destacam sua importância tanto para a formação profissional, quanto para a formação cidadã.

- De modo geral, os estudantes buscaram conscientemente aprofundamento na temática da Educação Ambiental na CISA, e após a conclusão do estágio, consideram que suas expectativas foram contempladas pela experiência.
- As concepções de meio ambiente e educação ambiental explicitadas em algumas falas revelam ainda uma visão conservacionista e utilitarista, mas entendemos que o processo de criticidade e transformação leva tempo e a carga horária determinada para o estágio supervisionado não é suficiente para contemplar uma formação tão profunda.

Compreendemos à luz do pensamento freireano que a questão ambiental e a educação, são eminentemente políticas e implicam em construir pela participação radical dos sujeitos na vida social e pela permanente problematização da realidade, ações necessárias à ação transformadora da sociedade. Desta forma, apontamos a relação constitutiva da interdisciplinaridade freiriana para EA crítica a qual possibilita partindo de categorias como totalidade, contradição, práxis, dialética, dialógica refletir sobre a sociedade capitalista que subjugou as relações com a natureza. (TOZONI-REIS, 2006 *apud* COSTA; LOUREIRO, 2018)

Conforme supracitado, o tempo destinado para o desenvolvimento do estágio supervisionado é considerado insuficiente para um aprofundamento na temática, portanto, sugerimos que a Educação Ambiental deva ser inserida em um contexto mais amplo, não somente no momento do estágio ou em disciplinas específicas, mas de forma inter e transdisciplinar. Nesse sentido, a fragmentação dos conteúdos é um desafio a ser transposto para se conceber uma educação como ato de conhecimento, não somente como acumulação de conteúdos desconectados.

Por fim, esperamos que os resultados desta pesquisa ofereçam subsídios para que possam gerar reflexões e discussões no sentido seguir trabalhando na construção de uma práxis educativa fundamentada por uma ação transformadora, capaz de contribuir na formação socioambiental dos estudantes do Curso Técnico em Meio Ambiente, assim como dos demais sujeitos que atuam na Sala Verde CISA. Filiamo-nos à esperança, uma vez que a compreensão do mundo nos faz caminhar para a utopia de tempos melhores, mais harmônicos e justos, para uma prática onde o "saber cuidar" seja a tônica para a construção de sociedades sustentáveis (OLIVEIRA et. al, 2013).

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, A. BONADIMAN, C. GUTIERRES, I. SOUZA, A. **A influência da pedagogia tecnicista na prática docente de uma escola de educação básica.** Revista Científica Eletrônica de Pedagogia. Ano XI. Número 21. Janeiro de 2013.

BARBOSA, Caroline Camargo; SILVEIRA, André Luís Barbosa Estolano da; ESTOLANO, Lilian Couto Cordeiro; SOARES, Ana Maria Dantas. **Educação ambiental e justiça ambiental: uma relação necessária.** Anais da XXIII Jornada de Iniciação Científica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. CD-ROM, 2013. ISSN 1809-1342.

BARDIN, I. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições Setenta, 1994. 226 p.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra.** Petrópolis: Vozes, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a pesquisa participante.** São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Ambiental.** Lei No 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999 que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

_____. **Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA.** MMA/MEC. Brasília, 2014

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Mudando as Lentes: Repensando as relações entre sociedade, natureza e cultura.** In: Em direção ao mundo da vida: Interdisciplinaridade e Educação Ambiental. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental, 1998. p. 18-23.

_____. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico.** São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **A invenção do sujeito ecológico: identidades e subjetividade na formação dos educadores ambientais.** In: Sato, M. & Carvalho, I. C. M. (orgs) Educação Ambiental; pesquisa e desafios. Porto Alegre, Artmed, 2005.

_____. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

COSTA, Cesar Augusto; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Perspectivas interdisciplinares à luz de Paulo Freire: contribuições político-pedagógicas para a educação ambiental crítica. In Battestin, Cláudia; Dickmann, Ivo (orgs). **Educação Ambiental na América Latina.** 1ed. Chapecó: Plataforma Acadêmica, 2018.

CZAPSKI, S. **A implantação da Educação Ambiental no Brasil.** Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1998. 166p.

DIEGUES, A.C. **O mito moderno da natureza intocada.** 3ª Ed. Sao Paulo: HUCITEC, 2001. 162 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra. 1970.

_____. **Ação Cultural para a Liberdade: e outros escritos.** 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **A educação na cidade.** 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 2006. 144 p

_____. **A Educação na Cidade.** São Paulo: Cortez; 1991.

_____. **Pedagogia da esperança; um reencontro com a pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992b. 245p.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 31ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 148 p.

GADOTTI, Moacir. **Pressupostos do projeto pedagógico.** Cadernos Educação Básica - O projeto pedagógico da escola. Atualidades pedagógicas. MEC/FNUAP, 1994.

GODOY, A. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** Revista de Administração de Empresas. v.35, n.2. p.57-63. São Paulo. Mar./Abr. 1995.

GUIMARÃES, Mauro. **A formação de educadores ambientais.** Campinas: Papyrus, 2004. 176 p.

_____. **A dimensão ambiental na educação.** Campinas: Papyrus. 1995. 107p.

_____. *Armadilha paradigmática na educação ambiental.* In LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R.S.de (orgs.). **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental.** São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Revisitando reflexões necessárias.** In GUIMARÃES, Mauro; Fonseca, Lana.(orgs). Educação em ciências e educação ambiental: caminhos e confluências. Seropédica, RJ: Ed. da UFRRJ, 2012.164p.

JACOBI,P. **Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233-250, maio/ago. 2005

LAYRARGUES, P.P. **Identidades da Educação Ambiental brasileira,** Brasília: MMA, 2004.

_____. & LIMA, Gustavo F.C. **As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira.** Ambiente & Sociedade, 2014, v. XVII, n. 1, pp.23-40.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental.** São Paulo: Cortez, 2001.

MAGALHÃES, Ana Carolina Rodrigues de; SILVA, Raissy Arielly Marques da; ESTOLANO, Lilian Couto Cordeiro; PARAJARA, Tarcil Gomes. **A abordagem da Temática Ambiental desenvolvida na Disciplina de Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas.** Anais da XXIII Jornada de Iniciação Científica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. CD-ROM, 2013. ISSN 1809-1342.

MIRANDA, Gleyson José Mesquita; ESTOLANO, Lilian Couto Cordeiro; OLIVEIRA, Lia Maria Teixeira de; FRADE, Carmen de Oliveira. **Educação Ambiental e Agroecologia: Aproximação possível e necessária.** Anais da XXII Jornada de Iniciação Científica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. CD-ROM, 2012. ISSN 1809-1342.

MOREIRA, Fernanda da Silva; ESTOLANO, Lilian Couto Cordeiro; SOARES, Ana Maria Dantas; PIMENTEL, Samara dos Santos. **Sala Verde Centro de Integração Socioambiental:**

espaço educador em permanente construção. Anais da XXII Jornada de Iniciação Científica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. CD-ROM, 2012. ISSN 1809-1342.

MORIN, Edgar. **Complexidade e ética da solidariedade.** In: CASTRO. G, CARVALHO.E.A, ALMEIDA. M.C. Ensaio da complexidade. Porto Alegre. Sulina, 1997.
_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** Trad. Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 11.ed. São Paulo: Cortêz; Brasília: UNESCO, 2006.

NOGUEIRA,Thamiris Nunes Monteiro; SILVA, Lígia Moura; PIMENTEL, Samara dos Santos; SOARES, Ana Maria Dantas. **III SEMEA: reflexões sobre uma experiência organizativa.** Anais da XXI Jornada de Iniciação Científica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. CD-ROM, 2011. ISSN 1809-1342.

OLABARRIAGA, Néri. **Da ciência, Tecnologia e sociedade à contribuição da dimensão socioambiental: um campo em constante construção para o ensino de ciências.** In GUIMARÃES, Mauro; Fonseca, Lana.(orgs). Educação em ciências e educação ambiental: caminhos e confluências. Seropédica, RJ: Ed. da UFRRJ, 2012.164p.

OLIVEIRA, Ana Luisa de Castro de; PIMENTEL Samara dos Santos; NOGUEIRA, Thamiris Nunes Monteiro; SOARES, Ana Maria Dantas Soares. **Universidade e Ambiente: Repensando a Formação dos Formadores.** Anais da XXI Jornada de Iniciação Científica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. CD-ROM, 2011. ISSN 1809-1342.

Projeto Político Pedagógico do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC), Paulo Dacorso Filho, UFRRJ/PMS, Rio de Janeiro, 2013 à 2015.

REIS,Priscila Pereira dos; FRADE, Carmen de Oliveira; ESTOLANO, Lílian Couto Cordeiro; OLIVEIRA, Lia Maria Teixeira de. **Espaço com Cheiro de Verde: Aproximação entre Educação Básica e Universidade por meio do Projeto Horta Escolar e Agroflorestal.** Anais da XXI Jornada de Iniciação Científica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. CD-ROM, 2011. ISSN 1809-1342.

RIBEIRO, Raísa Rocha; SENNA, Angele de Paula; PIMENTEL, Samara Santos; SOARES, Ana Maria Dantas. **Interpretação crítica da Formação de Formadores em Educação Ambiental.** Anais da XXII Jornada de Iniciação Científica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. CD-ROM, 2012. ISSN 1809-1342.

RODRIGUES, J. **A educação politécnica no Brasil.** Niterói: Editora UFF, 1998
_____. **Das concepções prévias aos sentidos construídos na formação crítica do educador ambiental /** Jéssica do Nascimento Rodrigues – 2010.

ROLLA, F. **Ética ambiental: principais perspectivas teóricas e a relação homem-natureza.** Trabalho de Conclusão de Curso em Direito. PUCRS. Porto Alegre, 2010.

SCALABRIN, I.C. MOLINARI, A.M.C. **A Importância da Prática do Estágio Supervisionado nas Licenciaturas.** Revistaunar. Vol.7 N°1. 2013.

SENNA, Angele de Paula; ALMEIDA, Sarah Lima de; NOGUEIRA Thamiris Nunes Monteiro Nogueira; SOARES, Ana Maria Dantas. **Educação Ambiental na Educação de**

Jovens e Adultos: Experiências na Construção do Sujeito Ecológico. Anais da XXII Jornada de Iniciação Científica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. CD-ROM, 2012. ISSN 1809-1342.

SENNA, Angele de Paula; PIMENTEL, Samara Santos; ESTOLANO, Lilian Couto Cordeiro; SOARES, Ana Maria Dantas. **Introdução à Educação Crítica: a construção de uma “nova” forma de pensar.** Anais da XXII Jornada de Iniciação Científica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. CD-ROM, 2012. ISSN 1809-1342.

SENNA, Angele de Paula; ESTOLANO, Lilian Couto Cordeiro; PIMENTEL, Samara dos Santos; SOARES, Ana Maria Dantas. **Formação de formadores em educação ambiental: experiências a partir do GEPEADS.** Anais da XXIII Jornada de Iniciação Científica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. CD-ROM, 2013. ISSN 1809-1342.

SOARES, Ana Maria Dantas; GUIMARÃES, Mauro; OLIVEIRA, Lia maria Teixeira. **Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental, Diversidade e Sustentabilidade – GEPEADS/UFRRJ.** Revista AMBIENTE & EDUCAÇÃO. vol. 14(2). p. 101-108, 2009.

SOARES, Ana Maria Dantas. PIMENTEL, Samara dos Santos. ESTOLANO, Lilian Couto Cordeiro. **Trajetórias Compartilhadas: pesquisando, dialogando e aprendendo com a educação ambiental.** Revista Políticas Públicas, São Luís, Número Especial, p. 429-437, julho de 2014.

TOZONI-REIS, M.F.C. **Metodologia da Pesquisa.** Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2010.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

8 APÊNDICES

Apêndice A - Perguntas geradoras das entrevistas aplicadas às facilitadoras da Sala Verde
CISA

- 1- Como/quando você começou a atuar na Sala Verde?
- 2- Como era a dinâmica de funcionamento do espaço?
- 3- Qual era a abrangência de público, principais projetos/ações/eventos?

Apêndice B - Questionário aplicado aos estudantes do Curso Técnico em Meio Ambiente do CTUR

- 1- Qual a sua idade durante a realização do estágio?
- 2- Gênero?
- 3- Onde reside?
- 4- Modalidade do curso?
- 5- Qual foi a carga horária total cumprida?
- 6- Como avalia a carga horária exigida?
- 7- Por que escolheu ingressar no Curso Técnico em Meio Ambiente do CTUR?
- 8- Qual é a sua expectativa ao concluir o Curso Técnico em Meio Ambiente no CTUR? Se já concluiu, em qual área está atuando?
- 9- Qual foi sua motivação ao buscar estágio na Sala Verde CISA?
- 10- Qual foi o período de atuação na Sala Verde CISA? (Mês/Ano)
- 11- Quais foram os aspectos positivos do estágio na Sala Verde CISA?
- 12- Quais foram os aspectos negativos do estágio na Sala Verde CISA?
- 13- Qual a atividade/proposta/função que você mais gostou de participar durante o estágio?
- 14- Qual a atividade/proposta/função que você menos gostou de participar durante o estágio?
- 15- Você já teve contato com o tema "Educação Ambiental" em alguma disciplina? E em outro ambiente, fora da escola?
- 16- Qual é o seu grau de interesse pelo tema?
- 17- Você considera a educação ambiental importante para a sua formação enquanto Técnico(a) em Meio Ambiente? Por quê?
- 18- Deixe algum recado, críticas ou sugestões para a Sala Verde CISA:

9 ANEXOS

Anexo 01 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Menores de 18 anos

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
DECANATO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE PARA
RESPONSÁVEIS DE ESTUDANTES DO CTUR MENORES DE 18 ANOS**

Título do Projeto: Contribuições da Educação Ambiental na Formação do Técnico em Meio Ambiente: Perspectivas da Sala Verde Centro de Integração Socioambiental.

Parecer de aprovação no CEP:

Pesquisador responsável pelo projeto:

Estudante de Mestrado: Vívian Soares de Almeida

Contato: (21)99697-9835

E-mail: viviansoaresufrj@gmail.com

Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Maria Dantas Soares

Co-orientadora: Prof.^a Me. Lilian Couto Cordeiro Estolano

Endereço Institucional da Pesquisadora: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Agronomia, Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola ppgea@ufrj.br

Informações sobre a pesquisa:

- ✓ Este documento que você está lendo é chamado de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), ele contém explicações sobre o estudo em que seu filho (a) está sendo convidado(a) a participar.
- ✓ Antes de decidir se deseja autorizar a participação dele(a) (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida autorizar a participação, você será solicitado(a) a assiná-lo e receberá uma via do mesmo.
- ✓ Antes de assinar faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. O pesquisador deste estudo responderá às suas dúvidas a qualquer momento (antes, durante e/ou após o estudo).

O(a) Sr.(a) está sendo convidado(a) a autorizar a participação do seu filho(a) no projeto de pesquisa intitulado: **Contribuições da Educação Ambiental na Formação do Técnico em Meio Ambiente: Perspectivas da Sala Verde Centro de Integração Socioambiental** que busca desenvolver uma proposta de pesquisa de abordagem qualitativa, e tem como objetivo analisar a percepção dos estudantes do Curso Técnico em Meio Ambiente do Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CTUR), em relação às contribuições para a sua formação, da abordagem do tema Educação Ambiental durante o estágio curricular obrigatório promovido no âmbito da Sala Verde Centro de Integração Socioambiental (CISA).

Informa-se ainda que:

- O(a) Sr.(a) enquanto responsável tem o direito de analisar se quer ou não autorizar a participação de seu filho(a) neste estudo e será garantido o tempo suficiente para que decida autonomamente se deseja ou não participar. Em caso de dúvidas, será garantido e informado o seu direito de consultar pessoas de sua confiança para então informar a sua decisão sobre dar o seu consentimento;
- O(a) Sr.(a) receberá respostas ou esclarecimentos sobre quaisquer dúvidas acerca dos procedimentos e/ou outros assuntos relativos a pesquisa;

- A participação não gera ônus financeiro ao participante;
 - O(a) Sr.(a) terá a liberdade de retirar este consentimento a qualquer momento e isentando seu filho de participar da pesquisa;
- *Observar que o estudo não prevê riscos significativos, entretanto, ocorrendo qualquer desconforto durante as entrevistas seu filho(a) terá assegurado(a) o seu direito de interromper, sugerir pausas ou deixar de responder às questões sugeridas, a fim de garantir que se sinta confortável na condição de participante da pesquisa.
- **Esta pesquisa será utilizada para fins pedagógicos e acadêmicos respeitando os preceitos éticos definidos pela Resolução 466/2012, as informações coletadas ficarão sob a responsabilidade do pesquisador tendo como garantia absoluta de que durante e após este estudo a identidade de seu filho(a) não será exposta.
- Os resultados serão divulgados por meio de Periódicos Científicos, Anais de Congressos Acadêmicos e Dissertação de Mestrado, ressaltando que será mantido o caráter confidencial das informações relacionadas à privacidade de seu filho(a);
 - Sua recusa não trará nenhum prejuízo aos seus direitos de seu filho(a) enquanto estagiário(a) da Sala Verde Centro de Integração Socioambiental;
 - Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre qualquer momento desta pesquisa, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFRRJ;
 - Informamos também que o registro das atividades propostas ficará de posse da pesquisadora durante (3) três anos e após este período será descartado.

Após ser informado(a), declaro que:

- () foi garantido tempo suficiente e a liberdade de consulta a pessoas de minha confiança sobre a possibilidade de participar ou não desta pesquisa;
- () fui suficientemente esclarecido (a) sobre os objetivos e métodos a serem utilizados;
- () fui informado sobre possíveis desconfortos e riscos decorrentes da participação do meu filho(a) na pesquisa;
- () recebi a garantia de plena liberdade de recusar autorizar a participação de meu filho(a) ou retirar o meu consentimento, em qualquer momento da pesquisa, sem penalização alguma e que este termo atendeu as exigências contidas na resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde;
- () recebi uma via deste Termo de Consentimento, rubricado e assinado em todas as suas folhas.

Declaro que fui suficientemente esclarecido sobre os objetivos e os métodos a serem utilizados, que fui informado sobre possíveis desconfortos e riscos decorrentes da participação do meu filho(a) na pesquisa, recebi a garantia de plena liberdade de recusar autorizar a participação de meu filho(a) ou retirar o meu consentimento, em qualquer momento da pesquisa, sem penalização alguma e que este termo atendeu as exigências contidas na resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Participante da pesquisa: _____ Idade: _____ Tel. Contato: _____

Responsável pelo participante da pesquisa: _____ Idade: _____ Tel. Contato: _____ RG: _____

Seropédica, ____/____/2018

Assinatura do responsável pelo participante da pesquisa

Assinatura do pesquisador que obteve o consentimento

Anexo 02 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para maiores de 18 anos

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
DECANATO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE PARA
ESTUDANTES DO CTUR MAIORES DE 18 ANOS

Título do Projeto: Contribuições da Educação Ambiental na Formação do Técnico em Meio Ambiente: Perspectivas da Sala Verde Centro de Integração Socioambiental

Parecer de aprovação no CEP: N° 1.191/18

Pesquisador responsável pelo projeto:

Estudante de Mestrado: Vívian Soares de Almeida

Contato: (21)99697-9835

E-mail: viviansoaresufrj@gmail.com

Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Maria Dantas Soares

Co-orientadora: Prof.^a Me. Lilian Couto Cordeiro Estolano

Endereço Institucional da Pesquisadora: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Agronomia, Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola ppgea@ufrj.br

Informações sobre a pesquisa:

- ✓ Este documento que você está lendo é chamado de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), ele contém explicações sobre o estudo em que você está sendo convidado(a) a participar.
- ✓ Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado(a) a assiná-lo e receberá uma via do mesmo.
- ✓ Antes de assinar faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. O pesquisador deste estudo responderá às suas dúvidas a qualquer momento (antes, durante e/ou após o estudo).

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa intitulado: **Contribuições da Educação Ambiental na Formação do Técnico em Meio Ambiente: Perspectivas da Sala Verde Centro de Integração Socioambiental** que busca desenvolver uma proposta de pesquisa de abordagem qualitativa, e tem como objetivo analisar a percepção dos estudantes do Curso Técnico em Meio Ambiente do Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CTUR), em relação às contribuições para a sua formação, da abordagem do tema Educação Ambiental durante o estágio curricular obrigatório promovido no âmbito da Sala Verde Centro de Integração Socioambiental (CISA).

Informa-se ainda que:

- Você tem o direito de analisar se quer ou não participar deste estudo e será garantido o tempo suficiente para que decida autonomamente se deseja ou não participar. Em caso de dúvidas, será garantido e informado o seu direito de consultar pessoas de sua confiança para então informar a sua decisão sobre dar o seu consentimento;
- Você receberá respostas ou esclarecimentos sobre quaisquer dúvidas acerca dos procedimentos e/ou outros assuntos relativos a sua participação na pesquisa;
- A participação não gera ônus financeiro ao participante;
- Você terá a liberdade de retirar este consentimento a qualquer momento e deixar de

participar da pesquisa;

*Observar que o estudo não prevê riscos significativos, entretanto, ocorrendo qualquer desconforto durante as entrevistas você será assegurado(a) de seu direito de interromper, sugerir pausas ou deixar de responder às questões sugeridas, a fim de garantir que se sinta confortável na condição de participante da pesquisa.

**Esta pesquisa será utilizada para fins pedagógicos e acadêmicos respeitando os preceitos éticos definidos pela Resolução 466/2012, as informações coletadas ficarão sob a responsabilidade do pesquisador tendo como garantia absoluta de que durante e após este estudo sua identidade não será exposta.

- Os resultados serão divulgados por meio de Periódicos Científicos, Anais de Congressos Acadêmicos e Dissertação de Mestrado, ressaltando que será mantido o caráter confidencial das informações relacionadas à sua privacidade;
- Sua recusa não trará nenhum prejuízo aos seus direitos enquanto estagiário(a) da Sala Verde Centro de Integração Socioambiental;
- Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre qualquer momento desta pesquisa, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFRRJ;
- Informamos também que o registro das atividades propostas ficará de posse da pesquisadora durante (3) três anos e após este período será descartado.

Após ser informado(a), declaro que:

() foi garantido tempo suficiente e a liberdade de consulta a pessoas de minha confiança sobre a possibilidade de participar ou não desta pesquisa;

() fui suficientemente esclarecido (a) sobre os objetivos e métodos a serem utilizados;

() fui informado sobre possíveis desconfortos e riscos decorrentes da participação;

() recebi a garantia de plena liberdade de recusar a participação ou retirar o meu consentimento, em qualquer momento da pesquisa, sem penalização alguma e que este termo atendeu as exigências contidas na resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde;

() recebi uma via deste Termo de Consentimento, rubricado e assinado em todas as suas folhas.

Declaro que fui suficientemente esclarecido sobre os objetivos e os métodos a serem utilizados, que fui informado sobre possíveis desconfortos e riscos decorrentes da participação, recebi a garantia de plena liberdade de recusar a participação ou retirar o meu consentimento, em qualquer momento da pesquisa, sem penalização alguma e que este termo atendeu as exigências contidas na resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Participante da pesquisa: _____

Idade: _____ Tel. Contato: _____

Seropédica, ____/____/2018

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do pesquisador que obteve o consentimento

Anexo 3 – Carta de Anuência

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

Carta de Anuência

Prezado Sr.

Solicitamos autorização institucional para realização da pesquisa intitulada “CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO DO TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE: PERSPECTIVAS DA SALA VERDE CENTRO DE INTEGRAÇÃO SOCIOAMBIENTAL”, a ser realizada na Sala Verde Centro de Integração Socioambiental com estudantes do Curso Técnico em Meio Ambiente cujo estágio curricular obrigatório esteja cadastrado no local. A pesquisa será conduzida pela aluna de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola *Vívian Soares de Almeida*, sob orientação do Prof.^a Dr.^a *Ana Maria Dantas Soares*, com o objetivo de analisar a percepção dos estudantes do Curso Técnico em Meio Ambiente do Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CTUR), em relação às contribuições para a sua formação, da abordagem do tema Educação Ambiental durante o estágio curricular obrigatório promovido no âmbito da Sala Verde Centro de Integração Socioambiental. Para o cumprimento de tal objetivo, será necessário, portanto, a realização de entrevistas com os estudantes durante a realização do estágio. Ao mesmo tempo, solicitamos autorização para que o nome desta instituição possa constar na dissertação desse mestrado, bem como em futuras publicações na forma de Artigos Científicos.

Ressaltamos que os dados coletados serão tratados de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS/MS) 466/12 que versa sobre a Pesquisa envolvendo Seres Humanos. Salientamos ainda que tais dados sejam utilizados tão somente para realização deste estudo.

Na certeza de contarmos com a colaboração e empenho desta Diretoria, agradecemos antecipadamente a atenção, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Seropédica, ___ de _____ de 2018.

Vívian Soares de Almeida
Pesquisadora Responsável pelo Projeto

<input type="checkbox"/> Concordamos com a solicitação	<input type="checkbox"/> Não concordamos com a solicitação
---	---

Luiz Carlos Estrella Sarmiento
Diretor Geral do Colégio Técnico da UFRRJ